

CPI - GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

05.11.2019

CPI - GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

05.11.2019

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar irregularidades na gestão das universidades públicas do Estado de São Paulo; em especial quanto à utilização do repasse de verbas públicas a elas. Apresento os Srs. e Sras. Deputados: Valeria Bolsonaro, Delegado Olim, Carla Morando, deputado Wellington Moura, deputado Estevam Galvão e deputado Barros Munhoz. Solicito a secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Gostaria de pedir a dispensa.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É regimental, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Em discussão – o relatório.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Para apresentar o anexo ao meu relatório, o meu voto em separado, o anexo que eu estou trazendo aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só um minutinho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E as retificações das conclusões também; de acordo com o entendimento havido, inclusive.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Antes de suspender os trabalhos por um minuto, quero convocar uma extraordinária que, às 15 horas, e também às 15:30, e às 16 horas, com a mesma finalidade, do dia de hoje, com a mesma finalidade ora exposta nesse momento; que é nós deliberarmos sobre o voto da relatora. E convocar uma extraordinária para quinta-feira, às 11:30, às 14, às 14:30; e sexta-feira, às 11:30 e às 14 e às 14:30, com a mesma pauta do dia de hoje.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu queria solicitar de V. Exa., uma extraordinária às 10, e uma às 11 de sábado; uma extraordinária às 14 e às 15 de sábado; e uma extraordinária às 10 e às 11 de domingo, e uma extraordinária das 14 às 15 de domingo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - V. Exa., já acabou o prazo regimental, não é possível.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então as de sábado, conta o dia de sábado para o prazo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não sei, conta?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Conta.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Este presidente verá se, depois, acata o pedido de V. Exa. ou não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito, assim a gente não deixa de votar o parecer.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sem dúvida. Então peço a suspensão dos trabalhos por um minuto.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Reabertos os trabalhos, quero convocar uma extraordinária às 14:40 do dia de hoje, com a mesma finalidade da Ordem do dia. Peço a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, para a gente tentar entrar num entendimento?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Por favor, obrigado presidente.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Os trabalhos, então neste momento, Srs. e Sras. Deputados, deixar bem claro tudo o que nós estávamos conversando aqui, para que fique claro também para todos os deputados. Antes até de começar, registrar a presença da nobre deputada Leci Brandão, deputado Teonilio Barba, deputado Enio Tatto e deputado Daniel José, que também chegou aqui na CPI; e

a Professora Bebel, eu não havia falado? E a Professora Bebel. Então, deixar registrado que nós conversamos aqui, entre os deputados, para que a deputada Valeria Bolsonaro faça uma alteração. Dado isso, eu gostaria que a deputada Valeria lesse as conclusões finais do relatório final dela; havendo acordo entre todos os deputados.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Para anunciar que eu faria a leitura da página 20 até a 47.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado; após a leitura da deputada, eu já passo então para a deputada, Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Dar início a mais uma leitura também.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Me permite mais um pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por favor.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Serei curta; eu tive a oportunidade de ler os vários sub-relatórios, e relatório, li atentamente o do deputado Barros Munhoz; aliás, o mais volumoso de todos. E dizer que quando li me sentia muito contemplada na forma como ele abordou, de forma técnica, não é? Um relatório muito preciso, no que diz respeito às oitivas, e todo o conjunto de eventos que aconteceram nesta CPI; aliás, de uma riqueza inestimável. E tinha esperança de que o relatório dele

Verba Editorial Ltda.

ficasse para apreciação final, porque ia na perspectiva do que, talvez, eu esperasse de como o relatório devesse sair na CPI. Deputado, eu estou elogiando o seu relatório.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Minha querida deputada Bebel, é uma falha imperdoável.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então eu queria ter a chance, então eu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Peço desculpas.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Muito obrigada, deputado. Então é isso, então estou registrando. É claro que eu respeito absolutamente, como de toda a forma respeito a posição de cada um, mas disse que queria ter a oportunidade de retirar o meu em prol do seu. Era essa a minha posição; mas, como V. Exa. tomou a decisão, eu então tomei a decisão de manter o meu, e ler até a página 47. Muito obrigada, Sr. Deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu queria, se a senhora me permite um apartezinho, dizer que retiro o meu, em prol da deputada Valeria Bolsonaro, acatando-se as reivindicações mais importantes que constavam do meu, e eu concordando com as demais colocações do relatório da nobre deputada Valeria Bolsonaro; em prol de um final, senão ideal, excelentemente bom da nossa CPI.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Muito obrigada, Sr. Deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu que agradeço.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Tira uma dúvida para mim?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por gentileza.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - As inscrições para a discussão serão feitas a partir de agora, ou só depois da leitura dos dois pareceres?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu abro nesse momento para os deputados que quiserem se inscrever; até havia conversado antes que, se quiserem já se inscrever, é possível.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu queria me inscrever, e já queria deixar o meu tempo passar para a deputada professora Bebel, mesmo porque eu tenho a reunião do Colégio de Líderes, e eu preciso, como membro da Mesa, participar lá. Então se for possível, se os membros concordarem, minha inscrição e, quando chegar a minha vez, passar o tempo para a deputada Professora Bebel.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - De minha parte, inteiramente de acordo, nobre deputado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Muito obrigado, deputado Barros Munhoz.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Leci.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Eu gostaria de me inscrever, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputada Leci, eu também coloco para se inscrever; e deputado Teonílio Barba?

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Eu também gostaria de me inscrever, e subscrever a tese do Enio, que é passar o nosso tempo, depois, para a deputada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só gostaria de deixar, então, registrado para não ter dúvidas: o tempo que eu vou passar é no momento em que for o relatório da Professora Bebel, correto? Na discussão, na hora em que nós entrarmos na discussão. Perfeito, então já tenho o Enio Tatto que é cinco minutos, a deputada Leci, que tem 10 minutos, e o deputado Teonilio Barba, que tem mais cinco minutos. Esse tempo passaremos para a deputada, então, Professora Bebel, num acordo com todos aqui presentes. Então, deputada Valeria Bolsonaro, por gentileza, tem um tempo aí para poder ler o relatório, as conclusões finais; conforme acordado.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Conclusões finais, e recomendações e encaminhamentos; vamos lá. O objetivo de uma CPI é reunir o maior número de indícios para caracterizar o fato irregular, ou regular, ocorrido dentro da órbita, competência do Estado membro, e por forma de atuação deste, tenha causado algum tipo de lesão, dano ou incômodo aos cidadãos. Neste especial caso, foram apurados uma série de indícios, irregularidades, omissões e uso inadequado do dinheiro público na gestão administrativa e financeira das universidades públicas paulistas.

Pode ocorrer que à CPI não cheguem as minúcias, ou profundezas, das variantes que cercam o tema; mas os indícios de violação e irregularidade, ou de má prestação de serviço, são suficientes para apontar aos órgãos públicos, com competência constitucional e legal, para aplicar, a quem de direito, as devidas sanções legais. Caminhos concretos para o desempenho do seu papel institucional, principalmente aqueles órgãos no serviço público que têm a incumbência de zelar pela proteção do princípio da dignidade da pessoa humana.

A análise dos documentos, e dos depoimentos prestados, poderá levar as autoridades competentes à aplicação de sanções administrativas, e judiciais; em que pese a contratação dos aspectos a serem melhorados na gestão das universidades estaduais paulistas, não se pode perder de vista a importância que as referidas instituições têm no cenário do ensino, e da pesquisa, paulista e brasileiro. Razão pela qual cabe à Assembleia Legislativa apoiar a atuação das três universidades estaduais paulistas, enviando esforços

para o seu constante aprimoramento, e para um apoio incondicional às suas atividades fins; quais sejam o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.

Portanto, sugerimos de imediato as seguintes medidas: ofício número 16/2019, do núcleo de crimes contábeis do Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo, passa a integrar os resultados da CPI; encaminhando-se para a providência, no que couber ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Destaque aí, por favor, que é para a discussão depois, não?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Como? Desculpe, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O item 1 do encaminhamento, o destaque que eu fizer fica para a discussão depois.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sim, na hora do momento da discussão.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então, estou destacando este ponto.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Está bom. É que não precisa se destacar agora, deputada.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A senhora pode depois, a senhora tem o tempo aí para poder fazer os destaques no seu tempo da discussão. Pode continuar.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional, que altera os incisos II e VI, e acrescentem; VII, perdão, II e VII, e acrescentem o inciso 1A ao artigo 33 da Constituição do Estado de São Paulo; com o

objetivo de fortalecer a fiscalização por parte dos órgãos de controle externo. A fim de identificar, corrigir e responsabilizar todos os agentes que tenham incorrido em práticas ilícitas contra o erário; em face do imperativo constitucional dos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, finalidade, interesse público e motivação.

3 – emitir uma recomendação, para que as Universidades se abstenham de pagar vencimentos e proventos acima do teto constitucional, bem como se sujeitem às decisões do STF nesse sentido; destacado no curso desta CPI, as universidades realizaram adequações ao previsto na legislação; tendo, inclusive, cortado o extrateto, conforme orientação do TCE. 4 – emitir uma recomendação a este 4, ele será feito uma alteração; eu vou ler, e depois vou falar sobre a alteração feita.

Emitir uma recomendação, para que as universidades utilizem meios tecnológicos para o desempenho de suas atividades de direção e acadêmicas, tais como, por exemplo, o uso de videoconferência para as reuniões administrativas, ou do Conselho Universitário; em que participem pró-reitores, e diretores, que trabalham e residem no interior; finalidade: reduzir o pagamento de diárias. Aqui está escrito, “sobretudo pela Unesp”; então será retirado esse “sobretudo pela Unesp”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito, de acordo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Registrar a presença do deputado Douglas Garcia.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - 5 – emitir uma recomendação, para que as universidades criem superintendência, ou departamentos de compliance e governança, contratando gestores externos com experiência gerencial no âmbito institucional e corporativo. Compliance é o conjunto de disciplinas, com o fim de cumprir, e se fazer cumprir, as normas legais e regulamentares, as políticas e diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição, ou empresa; bem como evitar, detectar e tratar quaisquer desvios, ou inconformidades, que possam ocorrer.

A finalidade – ao prevenir e reduzir os riscos das condutas não conformes, o compliance diminui o grau de exposição e de responsabilização da alta administração da organização, em relação aos potenciais comportamentos irregulares, ou ilegais, de seus colaboradores. Aqui está escrito “em relação a potenciais”, mas é “aos potenciais

comportamentos regulares aos seus colaboradores”. 6 – emitir uma recomendação, para que as universidades recrudescam os seus regulamentos disciplinares, no sentido de investigar, processar e punir com celeridade, após o devido processo legal, e ampla defesa do contraditório, os alunos, docentes, ou funcionários envolvidos em casos de vandalismo, depredação de bens da universidade, que sofreram danos em decorrência de paralisações, greves e outros sinistros. Recomendar que as universidades promovam as devidas ações de reparos e danos. A 7 será retirada do nosso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Relatório.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Relatório, tá? Eu nem vou ler, em decorrência de acordo, nós retiramos o item 7.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Obrigado.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Item 8 – encaminhar cópia do relatório à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, para que verifique as irregularidades constatadas, e possa tomar as providências cabíveis. **9 –** encaminhar cópia do relatório ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para a ciência e providência. **10 –** encaminhar cópia ao relatório da secretaria da Receita Federal, para a ciência e pagamento de serviços de terceiros, realizados a pessoa física, e adote providências cabíveis.

11 – encaminhar cópia do relatório ao Tribunal de Contas do Estado, para que adote providências cabíveis; **12 –** encaminhar cópia do relatório ao governador do Estado para ciência; e **13 –** publique-se no “Diário Oficial”. É o nosso relatório final, que submetemos aos nobres pares neste dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Passo, então, à deputada Professora Bebel, para que possa ler o relatório em separado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela oportunidade, eu gostaria de solicitar, juntada ao processo de toda a CPI, do ofício 37/2019, da Superintendência de Relações Industriais da Universidade de São Paulo, que já foi dado conhecimento; e que é conveniente, e correto, que fique fazendo parte do relatório da CPI.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então entra junto com o relatório, o Ofício 37/2019, apresentado pela USP.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Agradeço à V. Excelência.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Agradeço. Com a palavra, então, a Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Página 21, começa o item 3: aspectos históricos da democratização do ensino superior no Brasil. O Plano Nacional de Educação, PNE 2014/2024, foi aprovado pela lei 13.005/2014. A aprovação do PNE, decenal, é prevista no artigo 9º da lei 9.394 de 1996; que estabelece as diretrizes de base da Educação Nacional. O Plano Nacional de Educação, 2014/2024, contempla 20 metas e estratégias, que determinam diretrizes para a política educacional nos próximos dez anos. Duas metas específicas do Plano Nacional da Educação tratam da Educação superior brasileira, e uma meta para a pós-graduação stricto sensu.

Sobre o acesso à educação superior, a meta 12 prevê a elevação da taxa de matrícula na educação superior para 50%, e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos; assegurando a qualidade, a oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. O Plano Estadual da Educação, 2016/2026, resultado de um amplo debate da sociedade civil, instituído pela lei 16.279 de 2016, contempla 21 metas; sendo três metas referentes à Educação superior.

A meta 12 prevê elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%, e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24; assegurados a qualidade da oferta e expansão, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. Embora assegurado pelos respectivos planos, o compromisso em ampliar o acesso, e a permanência, é relegado a amplas camadas populacionais, está longe de ser democratizado. A democratização e o acesso do estudante à Educação superior devem ser

entendidos de maneira intimamente ligados à problemática da permanência e evasão; pois não basta garantir apenas a democratização do acesso, as políticas públicas educacionais devem garantir o acesso a uma educação de qualidade, que tenha relevância social, e que os estudantes tenham êxito na conclusão dos estudos.

E isso implica um forte investimento financeiro e cultural, no sentido de valorização da Educação básica, para que os estudantes possam chegar ao nível superior imbuídos de elementos culturais e intelectuais, que propiciem o êxito em sua graduação; além dos aspectos profissionais, a formação para a cidadania, a criticidade sobre a sociedade. Defender o ensino superior público é defender a história das classes populares, dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação, professores e gestores educacionais; para tanto, vamos recorrer à história da democratização do ensino superior no Brasil.

Da colonização à República – com a vinda da corte em 1808, o ensino público no Brasil, que era religioso e de instituição básica, começa a ser desafiado pelas contradições do cenário de constituição do Império; e é nesse momento que vários projetos de formação cultural começam a surgir. Porém, é somente no início da República que se intensifica o interesse pela Educação superior, com a criação de bibliotecas, museus, além dos debates através de conferências, que traziam o tema da preocupação com a Educação do País.

Vale também ressaltarmos que a atividade missionária jesuítica mantinha, nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea, colégios para o ensino de primeiras letras. Para o ensino secundário e superior, colégios destinados a cumprir a tripla função, de um lado, formar padres para a atividade missionária; do outro, formar quadros para o aparelho representativo, oficiais de justiça da fazenda da administração; de outro ainda, instruir classes dominantes, filhos dos proprietários da terra e de minas; e até ascendentes, filhos de mercadores.

Diante da importância dada aos graus acadêmicos para a classificação social, aumentou a procura da escola por parte dos então chamados mestiços. O que provocou, em 1689, o incidente conhecido como questão dos moços pardos; os colégios dos jesuítas haviam proibido a matrícula de mestiços, por serem muitos, e provocarem arruaças. Não obstante, a história se repete com o debate das cotas e bolsas de estudos na atualidade.

O padre jesuíta Antonio de Oliveira moveu esforços para o reconhecimento do curso de Filosofia, que só foi conquistado em 1689; antes disso, recebeu a seguinte resposta do ministro: “os brancos da Bahia, antes disso, não querem que seus filhos estudem ao lado dos pardos”, que, por essa época estavam impedidos de pertencer a todas

as ordens religiosas. Além disso, em 1681, o mesmo ministro expulsou todos os pardos dos colégios jesuítas; o avanço, quase que inconsciente, no sentido de democratizar o ensino superior, foi boicotado. Conscientemente no momento em que o processo de popularização estava dando os seus primeiros passos.

É notório que, antes mesmo do surgimento da universidade como conhecemos hoje, já existiam interesses comprometidos com um projeto elitista e autoritário de sociedade. Como diria Paulo Freire: “enquanto a violência dos opressores faz os oprimidos homens proibidos de ser, a respostas desses a violências, daqueles que se encontram infundidas no anseio da busca do direito de ser”. Iniciou-se uma disputa entre o Estado e a Companhia de Jesus; o Estado dizia que os colégios eram públicos, porque sua atividade era subsidiada pelo Estado; não podiam, portanto, impedir a admissão de candidatos de qualquer categoria social.

A Companhia, por seu lado, dizia que a subvenção do Estado era destinada a conversão dos indígenas e seus colégios; principalmente os cursos de humanidades e os superiores. Eram atividades adicionais particulares, e sendo particulares, podiam escolher os seus destinatários como lhes couber. Não obstante, o capital define quem atende, e como; além do mais, existiam outros dois aspectos que rodeavam a questão dos pardos; há quem acreditava que pudessem dar mau exemplo aos brancos, com o envolvimento em brigas ou atos de vadiagem; o segundo, não menos importante, trazia o argumento do qual considerava que o número de pardos, que ingressassem no ensino superior, aumentava a cada dia; e este fato gerava um certo incômodo para a hegemonia da classe dominante.

Assim, a metrópole portuguesa proibia a criação de universidades no Brasil, com o propósito de impedir o ensino, e a aprendizagem, das ciências, das letras e das artes; de modo que mantivesse a ordem existente, e evitasse movimentos revolucionários. Outro aspecto histórico interessante de se considerar atualmente, em especial quando restringimos as vagas, baseadas em critérios de meritocracia. O argumento de Portugal segue, no Brasil ainda não existiam trabalhadores urbanos; por isso a pergunta: um sistema escolar para formar quem? Anarquistas? Ninguém precisa saber português, ou fazer contas, para puxar a enxada; um fruto da visão escravista, cuja concepção era explorar a força de trabalho, e não qualificar a mão de obra.

Os brasileiros não precisavam nem ao menos ler a Bíblia; a educação da imensa maioria dos paulistas, das classes populares, praticamente todos analfabeto, resumia a uma transmissão essencialmente oral. Quando chegou à Bahia, Dom João VI, então

príncipe regente, recebeu a solicitação dos comerciantes locais, no sentido de ser criada uma universidade no Brasil. Para tanto, dispuseram-se a colaborar com a significativa ajuda financeira; em 1808, o príncipe regente criou estabelecimentos isolados nas regiões Norte e Sul do País, para atender as necessidades do momento.

Com isso, foram criados os cursos de medicina na Bahia e Rio de Janeiro, que visava à formação de médicos para a Marinha e para o Exército; a Academia Real Militar, em 1810, para o preparo na carreira militar e formação de engenheiros; além dos cursos jurídicos, em Olinda e São Paulo. Com a proclamação da República, em 1889, a igreja permaneceu exclusivamente no âmbito da sociedade civil, e assim o ensino se desdobrou em duas ramificações: estatal laico, particular religioso, particular laico. As primeiras décadas da República foram marcadas pela expansão do ensino superior, ocasionada pela multiplicação das faculdades.

Nesse período, surgem as primeiras universidades no Brasil; no Rio de Janeiro, em 1920; e em Minas Gerais Minas Gerais, em 1927. Com o decreto 981 de 8 de novembro de 1890, elaborado por Benjamin Constant, o exame de madureza, de saída do ensino secundário, passou a ser exame de entrada para o ensino superior; mas, ao mesmo tempo que aumentava o acesso, cresciam as resistências a esse processo. Os opositores da expansão do ensino superior queixavam-se da invasão dessa modalidade por candidatos inabilitados, acrescentavam que a falta de preparo dos estudantes do ensino secundário prejudicava o desempenho dos alunos no ensino superior.

Assim, em 1911, foi promulgado, por decreto de lei, a lei orgânica do ensino superior, o exame de admissão para o ingresso nas escolas superiores. Cujo objetivo era identificar a capacidade intelectual dos candidatos, para realizarem, com êxito, o estudo das matérias que constituíam o ensino da faculdade. Em 18 de março de 1915 os exames de admissão são rebatizados para exames vestibulares; além disso, para que o candidato fosse admitido, também era necessário apresentar um certificado de aprovação das matérias do curso ginásial, realizado no Colégio Pedro II, ou nos colégios estaduais a eles equiparados; e fiscalizado pelo Conselho Superior de Ensino.

Tal exigência ajudou a reduzir bastante o ingresso de alunos no ensino superior; a origem seletiva e discriminatória dos exames vestibulares sofreu aperfeiçoamento pelo regime de 1915. Nesse período, todos os estudantes que fossem aprovados tinham o direito à matrícula; a reforma de 1925 estabelecia o dever do diretor de cada faculdade na fixação do número de vagas a cada ano; em consequência, os estudantes aprovados eram matriculados por ordem de classificação, até estarem completadas as vagas, dificultando

o acesso, e instituindo as cotas a pagar, aos alunos matriculados nos estabelecimentos federais: taxa de exame vestibular, taxa de matrícula de frequência por série, taxa de frequência de cadeira, taxa de exame, taxa de transferência.

O decreto 16.782-A, A-25 sofreu várias críticas e não passou imune. Pois, foi nesse momento que surgiu o primeiro movimento de empoderamento estudantil: a União Nacional dos Estudantes, que defendia a universidade aberta para todos, diminuição das taxas de exame e de matrícula, liberdade de pensamento, a independência da universidade diante do Estado, a elaboração do currículo por professores especializados e representantes dos estudantes, e o aproveitamento dos alunos como monitores e estagiários.

Nesse período, também surgiram críticas relacionadas ao ensino superior: estava mais voltado ao ensino do que à pesquisa, conservando a orientação profissional de seus cursos, principalmente quando comparado com as atividades vigentes em outros países. No ano de 1926, no jornal “O Estado de S. Paulo”, de autoria do jornalista Fernando de Azevedo, posteriormente designado para assumir o Departamento de Instrução Pública do Distrito Federal, são publicadas várias reportagens denunciando que o ensino superior era instituído preferencialmente por escolas profissionais.

Inexistindo instituições dedicadas ao saber livre e desinteressado de aplicação imediata; além disso, denunciava a insuficiência das escolas profissionais de medicina, direito e engenharia. Para Fernando de Azevedo, que também foi um dos principais colaboradores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no regime democrático, a educação proporciona, a cada indivíduo, a descoberta de vocação e conhecimento de capacidades.

Assim, a elite se renova, e se recruta em todas as camadas sociais; entretanto, esse não era o pensamento do governo autoritário de Arthur Bernardes, que considerava a universidade pública como centro de subversão, e ameaça aos objetivos de segurança e desenvolvimento. Por outro lado, viam com bons olhos a expansão do setor privado; embora fossem dependentes da ajuda financeira do Estado. Mas que, segundo a sua ótica, as faculdades isoladas dificultavam a mobilização política dos estudantes; essas faculdades não eram locais de atividades de pesquisa, dedicavam-se exclusivamente ao ensino; mas também atendiam à demanda cada vez maior pelo aumento de número de vagas, tanto na periferia das grandes metrópoles e cidades de médio porte, como no interior dos estados mais desenvolvidos.

Passando a atuar, também, nos centros urbanos; a partir da década de 1930, o governo provisório de Getúlio Vargas e o então ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, efetivaram, através de decreto, as seguintes reformas que visam à organização Nacional da Educação. Tais como: regime universitário, criação do Conselho Nacional de Educação, do ensino secundário, do comercial, além da organização das universidades. De acordo com Fávero, para um ministro, a universidade tinha duplo objetivo: equiparar tecnicamente as elites profissionais do País e proporcionar um ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino imprescindível à formação da cultura nacional é o da investigação e da ciência pura.

Foi também durante o final da década de 1960, e início da década de 1970, que deu início a um grande processo de privatização do ensino superior. O número de matrículas, entre 1964 e 2004, passou de 142.366, para 4.163.733; ou seja, aumentou em mais de 29 vezes. À primeira vista, o crescente número de matrícula pode parecer uma grande oportunidade para tornar acessível a todas as classes, ou seja, popularizar o ensino superior; mas a concentração das matrículas na rede privada, em detrimento da rede pública, nem sempre oferecia igual qualidade pedagógica.

Para os cursos superiores de baixo nível, dirigiram-se aos jovens menos abastados porque, mal preparados para a disputas pelas vagas, não tinham acesso às melhores faculdades, geralmente as públicas, cuja demanda por matrículas era muito maior que a oferta de vagas. Por esta razão, tais instituições implantavam mecanismos bastante seletivos; e isto posto, começa a surgir programas do governo federal, com duas vertentes: uma voltada para os alunos que estavam matriculados nas instituições privadas, e outro voltado para os alunos matriculados nas instituições públicas.

Assim, foi sendo constituída a democratização do ensino público brasileiro, de 1974 até 1984, aqueles que podiam pagar por ensino particular estudavam em instituições públicas; enquanto aqueles que mal podiam dar conta de sua sobrevivência, quando do acesso ao ensino superior o faziam, majoritariamente, em instituições privadas. Em 2005, através da lei número 11.096, o Governo instituiu o programa Universidade para Todos, ProUni, que passou a oferecer bolsas de estudos integrais e parciais; 50% em cursos de graduação, assim como, por outro lado, em 2007, criou o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais, Reuni, instituído pelo decreto 6.096, de 24 de abril de 2007; além da ampliação dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nesse período, a democratização do ensino superior tinha um caráter híbrido, com os recursos sendo repartidos entre a iniciativa privada e as instituições públicas. É possível reconhecer o esforço do governo federal para permitir o acesso dos estudantes em instituições públicas de ensino, mas é claro, sem deixar de lado o financiamento dos estudantes nas instituições privadas. Em 2010, foi implantado o Sistema de Seleção Unificada, o SISU; onde, através do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM, os estudantes conseguem participar do processo seletivo nas instituições públicas de educação superior, localizadas em todo o território nacional; além de permitir o acesso a programas governamentais de financiamento estudantil.

Em 2012, avançando ainda mais no processo de democratização, é instituída a lei número 12.711, popularmente conhecida como a lei de cotas, que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno, das 59 universidades federais, e 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos provenientes integralmente do Ensino Médio público, com renda familiar bruta igual, ou inferior, a um salário mínimo e meio per capita; e metade para estudantes das escolas públicas, com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.

Além disso, dentre todas as vagas reservadas a cotistas, também foi levado em conta o percentual mínimo, correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas por Estado; de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, assim conseguiu-se garantir o número proporcional de matrículas para esses alunos; de acordo com a participação dessa população em cada Estado do Brasil. Assim, conclui-se que as instituições de ensino superior no Brasil, ao longo da história, foram organizadas para atender aos interesses de seus tempos e governos; o que, em muitos momentos, não significou necessariamente uma política de Estado que, de fato, garantisse a democratização do ensino superior.

As universidades públicas de São Paulo; Unesp, Unicamp USP. A Unesp, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, foi constituída em 1976, decorrente da incorporação dos institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo. Atualmente, tem mais de 40 mil estudantes de graduação, distribuídos em 136 cursos, nas 34 unidades de ensino e pesquisa; na pós-graduação, tem mais de 14 mil alunos matriculados, em 152 programas, sendo responsável por cerca de 6% da produção científica brasileira.

Em cursos técnicos e de Ensino Médio, tem mais de dois mil alunos matriculados nos seus três colégios técnicos; a Unesp possui campi distribuídos em 24 cidades do

estado de São Paulo. A Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, foi constituída no ano de 1966, e conta com mais de 20 mil estudantes de graduação, distribuída em 66 cursos em 24 unidades de ensino e pesquisa; na pós-graduação, são mais 17 mil matriculados em 159 cursos, responsável por mais de 5% da produção científica; em cursos técnicos, e de Ensino Médio, tem mais de 3.300.000 alunos matriculados; aliás, 3.300 alunos matriculados em 36 cursos nos dois colégios técnicos; a Unicamp possui campis, distribuída em três cidades do estado de São Paulo.

A USP, Universidade de São Paulo, foi constituída em 1934, e atualmente conta com mais de 59 mil estudantes de graduação distribuídos em 321 cursos, em todas as áreas do conhecimento, nas 42 unidades de ensino e pesquisa; na pós-graduação, tem cerca de 30 mil alunos matriculados, em 264 programas; sendo responsável por mais de 20% da produção científica brasileira; a USP possui campis distribuídos em oito cidades do estado de São Paulo, contando com unidades de ensino, museus e centros de pesquisa.

As três universidades paulistas, com origens e características distintas, passaram a partir da edição do decreto número 26.914 de 1987, que criou o Cruesp, Conselho de Reitores das Universidades Estaduais, cujos anexos se encontram no final desse relatório; assim como a edição do decreto 29.598, de 2 de fevereiro 1989, que dispõe sobre as providências; visando à autonomia universitária, anexo 2, a atuar com autonomia plena e de forma conjunta.

Até a edição do decreto 29.598, de 2 de fevereiro 1989, as universidades, de forma individual, precisavam negociar os seus recursos, por intermédio de seus corpos gestores com o governo estadual; o que ensejava políticas de governo, e não políticas de Estado. Nos três anos anteriores à edição do decreto, 1986, 1987 e 1988, dados indicam que as universidades paulistas receberam, em média, cerca de 11,6 % do ICMS, cota-parte, do Estado.

A partir do decreto da autonomia, ficou estabelecido, em seu artigo 2º que, para o exercício de 1989 teria um orçamento correspondente a 8,4% dos ICMS, cota-parte, do Estado; após intensas lutas das comunidades docentes, técnicos administrativos e estudantes das três universidades, a Alesp aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1992, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1995, e de inserção, respectivamente, de 9,57% do ICMS cota-parte do Estado. Sendo que este último valor, 9,57% ICMS cota-parte de Estado; USP fica com 5,0259%; Unicamp com 2,1957%, e Unesp 2,3447%; o que perdura até os dias atuais.

A autonomia conferida às universidades paulistas propiciou a ampliação de seus indicadores; em matéria intitulada “Universidade paulistas: 30 anos de autonomia”, verificamos que as três universidades paulistas tiveram, em 2017, comparado com 1989, de 76% nas vagas de graduação, de 12 mil pulou para 22.169 estudantes; 135% de alunos matriculados, de 80 mil para 188 mil estudantes, 188.453 estudantes, 199% nos títulos concedidos. De 9.238 para 27.587 estudantes, e de 1.514 nas publicações científicas, de 1.064 para 17.175; enquanto as suas receitas, em valores de 2017, observaram um aumento de somente 51%; 6,052 bilhões em 1989, 9,8; eu estou falando, respectivamente, de cada uma das universidades.

Em outra matéria, intitulada “Dispêndio de universidades intensivas de pós-graduação”, foi apresentada a comparação do investimento por aluno, realizada pelas três universidades estaduais paulistas, em relação às universidades do Reino Unido, universidades públicas privadas e sem fins lucrativos dos Estados Unidos da América. Assim como o investimento necessário à formação de um aluno de graduação é maior que o necessário para a formação de um aluno no Ensino Fundamental e Médio, o investimento para a formação de um aluno de pós-graduação deve ser maior que o necessário à formação de um aluno de graduação.

Dessa forma, as universidades escolhidas para a comparação apresentada na matéria foram aquelas com perfil semelhante na relação alunos matriculados na pós-graduação. Em relação aos alunos matriculados na graduação, o que se observa é que, enquanto o investimento, em 2017, por matrícula na USP, 53.500; na Unicamp 56.663; e Unesp 38.945. A de menor investimento por aluno no Reino Unido é o Imperial College, com 151.113; e a de maior investimento é de a Oxford, com 321.171; o MIT, que é uma escola privada nos Estados Unidos, com 638 mil, e com mais 264, é a que apresenta o maior investimento por aluno, entre todas as universidades comparadas.

Entre as universidades dos Estados Unidos, tem se com maior investimento a Califórnia, Los Angeles, 236.136; e a de menor, a de Maryland Co. Park, com 106.910. Esses dados mostram que os investimento por aluno nas três universidades paulistas são bem menores do que os investidos nas universidades analisadas, o que inclui diversas universidades públicas dos Estados Unidos. Embora tenham dotação orçamentária definida em 1995, de 9,57% do ICMS cota-parte do Estado, especialmente a partir dos anos 2000, os valores repassados mostram-se insuficientes para garantir a continuidade do funcionamento dessas três entidades, que estão entre as melhores instituições de ensino, pesquisa e extensão no País.

A partir da redução em suas receitas, as universidades paulistas necessitaram readequar os seus gastos ao novo cenário imposto, sendo obrigadas a diminuir os seus investimentos ao longo do período. No gráfico seguinte, notamos que a Universidade de São Paulo viveu seu ápice de investimento em 2013, quando foram investidos sete bilhões e 900 milhões; apesar de um pequeno aumento de investimento em 2015, a tendência continuou sendo de queda, até chegar aos cinco bilhões e cinco milhões em 2018, praticamente o mesmo valor investido em 2009, começo da série.

Em 2019, estima-se o orçamento de cinco bilhões e 800 milhões para a USP, caso isso se concretize, será o primeiro aumento desde 2015 no poder de investimento da Universidade, acréscimo de 4,7%. Não foi diferente com as outras universidades paulistas; na Unicamp, o ápice de investimento ocorreu em 2014, quando se investiram três bilhões e 600 milhões nas universidades, e assim como na USP, começou a cair constantemente até 2018, quando o valor investido foi de três bilhões e 100 milhões.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Oi?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Eu me inscrevi para me manifestar sobre a CPI.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Sobre o relatório da CPI, mas eu preciso ir ao Colégio de Líderes; então eu vou passar o meu tempo de cinco minutos para a deputada Bebel.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Está registrado.

O SR PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente, só para eu me inscrever.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado Paulo Fiorilo se inscreve também. Pode dar continuidade.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Posso?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E registrar a presença do deputado Gil Diniz.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Só faltam cinco pagininhas agora. Não foi diferente com as outras universidades paulistas: a Unicamp, o ápice do investimento ocorreu em 2014, quando se investiram três bilhões e seis milhões na Universidade, e assim como na USP começou a cair constantemente, até 2018; quando o valor investido foi de três bilhões e 100 milhões, redução de 13,3%. Para 2019, a estimativa é que a queda no investimento continue, dessa vez será de 3,1, terminando o ano com um aumento de três bilhões e três milhões, caso se confirme.

Em 2011, o orçamento da Unesp chegou a três bilhões e 23 milhões, reduzindo para dois bilhões e 99 milhões em 2014, queda de 7,6% em 2014; em 2015 há um leve acréscimo de 0,9 % investido na Universidade. No entanto, ele volta a cair e chega a 22 bilhões e sete milhões em 2018, queda de 10,2% em relação a 2015. Para 2019, estima-se um aumento no crescimento de 7%, indo para 2,9 bilhões, se executado; mas é preciso ressaltar que a falta de recursos que impactam as universidades paulistas não se caracteriza como mera decorrência da crise financeira que vive o País, mas sim de financiamento e três razões centrais. Sendo eles as diárias dos alunos matriculados, sem aporte de recursos do Governo do Estado para as universidades, em que pese a redução das receitas da Universidade.

Constata-se expressiva expansão das vagas e dos cursos nas três instituições; a título de exemplo, citamos que a expansão na Unesp, a partir de 2002, criou oito novos campi sem o aporte de recursos pelo Governo do Estado de São Paulo, tampouco com o repasse de recursos necessários para o seu custeio. Quando a extinta Faenquil em Lorena, hoje EEL, foi anexada à Universidade de São Paulo, a promessa era de aporte de 0,07% da cota-parte do ICMS, o que não aconteceu.

Para a Unicamp, que criou o campus de Limeira, a promessa foi de 0,05% da cota-parte do ICMS, também esquecida; em 2017, o número de matriculados na educação superior pública do estado de São Paulo aumentou 20,5%, saindo de 173 mil matriculados, e chegando a 208 mil alunos; é importante destacar que, no mesmo período, as receitas da universidade caíram 13,7%. O quadro docente não aumentou de acordo com o número das matrículas; o número de docentes cresceu 10,6% em 2012, 2017 as matrículas, 20,5% no mesmo período; quando olhamos o período mais recente, entre 2015 e 2017, esse ajuste é mais claro, enquanto o número de matrículas, 14,7%, o número docentes caiu 4,1% no mesmo período.

Essa assimetria na evolução de matrículas, em relação à evolução de docentes nas universidades públicas paulistas, provocou um aumento na relação estudantes por docentes; se 2015 havia cerca de 10,3 estudantes por docente, em 2017 aumentou, 12,3 estudantes por docente, um aumento de 20%. Em relação ao número de funcionários o impacto foi ainda maior: entre 2012 e 2017, o número caiu 12,9%, de 31 mil funcionários, para 27 mil; sendo que só em 2015 e 2017, a queda foi 16,6%, de 17 mil para 16 mil.

De repasse, descontos indevidos no cálculo, chamo a atenção para isso, descontos indevidos no cálculo do repasse da cota-parte do 9,5% do ICMS às universidades, com a cota-parte do Estado. Do repasse, do 9,57 do ICMS da cota-parte feito às universidades, o Governo do Estado de São Paulo retira, do total arrecadado, valores correspondentes a programas de habitação, ICMS, juros e multas; ICMS, dívida ativa, juros e multas adicional ICMS, fundo estadual de combate à pobreza, e valores de arrecadação do ICMS distribuídos no programa Nota Fiscal Paulista.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu gostaria só que fechassem a porta, por favor, por causa da manifestação ali fora, só para não atrapalhar aqui o raciocínio da deputada. Só fechar as portas, algum assessor; se a Polícia Militar estiver também aí, para fechar as portas, por favor. Pode dar continuidade, obrigado deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada, deputado presidente, ou Sr. Presidente, os recursos; foi bom que eu dei uma respirada também.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pode dar continuidade.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Deputada, Eu me inscrevi para falar, presidente, mas eu tenho outro compromisso, aqui no Colégio de Líderes, e eu vou passar os meus cinco minutos de tempo para a deputada Bebel, Professora Bebel.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu quero deixar registrado que deixo, como o deputado Jorge do Carmo, o último deputado inscrito para falar do PT, nesses termos e condições. Deixar registrado, por que senão toda hora a deputada está sozinha, e já tem uns três ou quatro inscritos. Então deixar registrado como o último.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Acordado com a deputada; por favor, pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sozinha ela não está.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não estou falando que ela está sozinha, foi um deputado que bem – passa o tempo e.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É que deu a impressão que o senhor fez a referência, porque dois deputados precisaram sair, ou três; mas eu continuo aqui, e vou falar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E está registrado também aqui.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Eu vou sair, e retorno, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Continuando então, de 2014 a 2018, por exemplo, os valores retirados à base de cálculo das universidades com esse procedimento, em relação aos programas de habitação, ICMS, juros e multas, ICMS, dívidas ativa, juros e multas, chegou a 15,1 bilhões, valores nominais; e 17,4 bilhões, correção IPCA valores de junho de 2019. Nesse período, as três universidades estaduais paulistas deixaram de receber, a valores de junho de 2019, 1,669 bilhão.

A USP 887 milhões; a Unicamp, 383 milhões, e a Unesp 409,112 milhões; o Governo do Estado de São Paulo não realiza esse desconto e, quando é, procede o cálculo dos 25% do ICMS para repassar os recursos aos municípios paulistas. Chamamos a atenção também para a insuficiência financeira. A insuficiência financeira é caracterizada pela diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários, e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores; em que pese a responsabilidade pela insuficiência financeira ser do Governo do Estado de São Paulo, conforme estabelece o artigo 27 da lei complementar 1.010 de 2007, que criou a São Paulo Previdência, SPPREV.

A diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias de servidores é de responsabilidade do governo Estado de São Paulo. Em 2016, a insuficiência financeira correspondeu a, aproximadamente, 19,5% dos repasses oriundos do ICMS cota-parte do Estado, 9,57% realizado pelos governos para a Unesp, Unicamp e USP; com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos apresentados no relatório final do GT previdência das universidades estaduais paulistas, a partir dos dados disponíveis à época, deverá alcançar algo em torno de 30%.

Isso posto, é necessário que seja cumprido, pelo Governo do Estado de São Paulo, o que preconiza a lei 1.010 de 2007, no tocante à cobertura por eventuais insuficiências financeiras havidas entre recursos das contribuições previdenciárias realizadas pelos servidores ativos; e o pagamento dos benefícios previdenciários aos inativos.

Desempenho das universidades paulistas em rankings. Como visto anteriormente, as universidades paulistas, em um contexto de perda de receita, diminuíram o seu quadro funcional, principalmente a partir de 2015; mesmo assim, elas continuam expandindo e ampliando o número de matrículas nas suas instituições de ensino e pesquisa.

Como veremos a seguir, apesar do contexto de crise, as universidades paulistas continuam com desempenho de destaque nos rankings internacionais, sempre se posicionando entre as melhores do Brasil e do mundo.

Eu não vou ficar lendo aqui o ranking, e fica, como está o meu voto apresentado, eu peço então; porque senão a gente fica citando e... Ao analisarmos as classificações paulistas nesse ranking, notamos, na edição de 2017, que as melhores posições das universidades brasileiras foram: a da Unicamp, sexta posição; a da USP, sétima posição, classificada entre as tops dez do mundo, segmento Ciências e Tecnologias de Alimentos.

Além do destacado desempenho, a USP ficou entre as 50 melhores do mundo em mais de três áreas: nona, em odontologia; 12ª posição em agricultura; 39ª em biotecnologia. A Unesp alcançou a 40ª posição em agricultura, 40ª em odontologia; e a 41ª em veterinária; já a Unicamp, além da posição de destaque em ciência e tecnologia de alimentos, ocupou também a 44ª posição em odontologia. O bom desempenho não significa, por trás, para trás, quando analisamos outros rankings, que é o Times Higher Education, que é de uma revista semanal britânica publicada pela primeira vez em 1971.

No ranking da Global, onde analisa a universidade como um todo, e não só segmentos como visto acima, a USP é a mais bem classificada das universidades brasileiras, ficando na posição entre 251 e 300 do mundo; em seguida vem a Unicamp, em segundo lugar entre as brasileiras, na faixa 401 e 500 do mundo; já a Unesp ficou como a décima melhor universidade brasileira.

Conclusões e encaminhamentos: o modelo de gestão financeira das três universidades paulistas, Unesp, Unicamp e USP, é único no País. Há 30 anos, o decreto 29.598 de 1989 definiu que essas instituições seriam financiadas com repasses do ICMS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; que é o imposto de maior arrecadação do Governo do Estado. Desde 1995, é repassado às universidades estaduais paulistas o percentual de 9,57% da cota-parte do ICMS arrecadado no Estado; a Constituição Federal garante às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Artigo 207: as universidades gozam de autonomia didático-científica administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Estou lendo mais devagar, porque é a minha conclusão. O artigo 254 da Constituição Estadual define os termos em que será exercida a autonomia da universidade: utilizar os recursos, ampliando o atendimento da sociedade na oferta de cursos, e nas atividades de extensão; 2 – representação da comunidade interna nos órgãos decisórios, dessa forma, questionar a autonomia das universidades, além de ser inconstitucional, é um retrocesso, visto os importantes avanços obtidos nas últimas décadas.

A autonomia da gestão financeira conferida às universidades públicas paulistas garantiu uma certa previsibilidade de recursos, o que permitiu um planejamento a médio prazo dessas instituições. A relativa estabilidade no financiamento possibilitou maiores investimentos nos períodos de crescimento da economia, o que permitiu a formação de fundos de reservas para equilibrar as contas em épocas de crise. Em 1995 e 2002, a arrecadação do ICMS no Estado ficou entre 60 e 70 bilhões, em valores atualizados; após 2013, acompanhando o crescimento da economia do País, o volume de recursos cresceu de forma consistente por mais de dez anos consecutivos; permitindo que as universidades ampliassem o acesso ao ensino superior público.

Eu sei que o meu voto não é interessante, deputado Daniel José, mas é exaustivo para uma pessoa ler, e fazer o exercício de ter um raciocínio lógico na leitura; então, como eu estou no término, eu pediria um pouquinho de paciência de V. Exa., se assim você, V. Exa., me conceder; tudo bem? Obrigada.

Segundo o anuário estatístico da Unicamp, entre 1995 e 2017, houve uma grande expansão no número de estudantes na graduação; nesse período, as matrículas da Unicamp aumentaram 98,8%. Na Unesp, a expansão foi de 93,68%; na USP foi de 76,1%; no entanto, em 2015, aconteceu o último aumento real descontada a inflação no investimento das universidades, quando os valores cresceram 1,7%.

De acordo, aliás, de 2015 a 2018, o valor investido caiu 11% em 2019; estima-se um aumento de 3,1% em relação a 2018. Mas, ainda em 8,8%, inferior ao valor de 2015. Com a diminuição das receitas, as universidades paulistas tiveram que readequar seus investimentos ao novo cenário financeiro; essa situação as obrigou a usar parte significativa de suas reservas e adotar medidas de contenção de despesas. O número de professores foi reduzido em 10% nos últimos quatro anos; não está havendo reposição dos professores que se aposentam, o teto salarial da carreira profissional das universidades paulistas, inferior ao dos docentes das universidades federais, criou o fenômeno da

migração de número significativo, e crescente, de professores para as instituições federais.

Mesmo assim, a política de expansão de matrícula teve continuidade, o que acaba sobrecarregando o corpo docente. Mas, se considerarmos as metas previstas no Plano Nacional de Educação, lei 3.005/2014, e lei 16.279/2016, que é o plano Estadual de Educação, estamos muito longe do alcance das metas para a expansão do ensino superior público. A taxa, em 2001, da população entre 18 a 24 anos, é ainda 19,9%. Os reitores, professores, técnicos e especialistas estiveram na CPI, compartilhando informações bastante precisas sobre a situação atual das universidades, sobre a produção científica e tecnológica dos projetos de inovação.

As universidades estaduais paulistas estão entre as melhores do País, e se destacam na América Latina e no mundo; como comprovam os mais destacados rankings nacionais e internacionais. Não se pode atribuir – a última agora, a penúltima, pelo menos –, não se pode atribuir aos professores, e servidores técnicos administrativos, e aos atuais reitores, a responsabilização de todos os problemas financeiros; é de se ressaltar o fato de que, em que pese a situação de asfixia financeira das universidades estaduais paulistas, parte da crise deve-se à transferência de responsabilidades do governo, quanto a insuficiência financeira da previdência para a gestão, ao arrepio da lei 1.010/2007.

A Unesp e a Unicamp tiveram um crescimento dos gastos com servidores inativos, que supera hoje 30% de seus recursos, e que continuam crescendo, sendo pagos dentro do orçamento repassado para o desenvolvimento da Educação, quando, de fato, deveria ser suportado pelo orçamento da Previdência Social. O ataque perpetrado na CPI das Universidades, caracterizado por posturas desrespeitosas ao trabalho desenvolvido por reitores, pró-reitores, docentes e servidores técnico-administrativos não representa uma posição deste Parlamento, nem muito dessa deputada.

Portanto, defender o ensino público e gratuito é defender parte importante da história das classes populares, das trabalhadoras e trabalhadores da Educação, professores e professoras, bem como gestores educacionais. Nesse sentido, propomos os seguintes encaminhamentos ao poder Executivo: A – considerar, na base de cálculo da cota-parte repassada às universidades, recursos provenientes do total do produto do ICMS arrecadado pelo Estado; para que se repassem às universidades recursos decorrentes do impacto das renúncias de receitas, no período entre 2008 até a presente data, e que, no cálculo do percentual da cota-parte para as universidades passem a ser consideradas as renúncias de receita.

Para que se cumpra o que se estabelece o artigo 27 da lei 1.010 de 2007, que criou a São Paulo Previdência, SPPREV, e estabelece o estado de São Paulo responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras, decorrentes da diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários; e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores das universidades, para que implemente políticas de implementação do acesso e permanência estudantil em todas as unidades. Esse é o meu relatório, este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrado. Coloco, então, em discussão. Os deputados inscritos: deputado Enio Tatto não está presente, passou o tempo para a deputada, conforme acordo, para a deputada Professora Bebel, entrar em discussão. Eu vou, deputada, colocar todos que colocaram em acordo, para ficar mais fácil somar o tempo: Deputado Enio Tatto, deputado Teonilio Barba; então cada um com cinco minutos, dão dez; a deputada Márcia Lia, então dão 15, e o deputado Jorge do Carmo, dão 20 minutos para Vossa Excelência. Então deixar registrado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de me manifestar, por dois ou três minutos, após a discussão.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Perfeito. Em discussão, está registrado, também, a presença. Quero registrar a presença do deputado Adalberto Freitas também, obrigado deputado, pela presença. Então deputada Professora, tem 20 minutos para discutir.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bem, antes, porém de eu entrar; quanto tempo eu tenho, presidente?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - 20 minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu posso dividi-los?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, tem que ser por inteiro deputada, por gentileza.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu gostaria de, primeiro, começar cumprimentando todos os membros que compõem, compuseram vamos assim dizer, porque não é uma Comissão permanente, ela é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, enfim, trouxe para cá vários profissionais; conforme fora lido, enfim, e muito contribuiu, eu acho que os reitores, os pró-reitores, enfim as fundações; deram muita contribuição para os deputados e deputadas. Muita coisa que não conhecíamos, ou que talvez a gente tinha um olhar, e passa a ter outro olhar; então, eu começo cumprimentando, me dirijo também à deputada relatora, deputada Valeria Bolsonaro.

Respeitosamente divirjo do voto, e do relatório, de V. Exa., para dizer que a minha divergência ela não é uma divergência porque quero ser do contra; é porque não dá para eu fechar com um voto que tem um corpo totalmente desconexo, é o corpo que eu falo é o relatório desconexo daquilo que expressa no voto. Aliás, há pontos no voto que eu entendi que foram incorporados do deputado Barros Munhoz, com os quais, ao lê-lo, ao ler aqueles pontos no relatório dele, que aí para mim fazia sentido, eu concordava e digo.

Mas digo o seguinte: eu acho que não é pouca coisa todos esses momentos que nós tivemos aqui, em termos de nós fazemos o debate em torno do ensino superior no estado de São Paulo. É verdade que eu não estou entre aquelas que se fecham para não querer enxergar outras coisas; sim, pode haver um ponto aqui e acolá, mas nada que justifique, algo que descredencie, que foi produzido, que tem sido produzido em termos de ciência e tecnologia neste Estado, e que se expande para o País. Eu tive a oportunidade, senão, de estar na universidade, na Unesp de.

Está duro falar, viu? A competição é difícil, é difícil, não dá para; eu estava na USP de Rio Claro, e lá então eu estava exatamente conversando com alguns professores; e soube que de lá saiu um dos cientistas que foi pesquisar a camada de pré-sal, um rico recurso que hoje, inclusive, vai ter o leilão aí na quarta ou quinta-feira, que vai mandar a riqueza para os estados. A cessão onerosa, que vão pra os estados, mais recursos; isso adveio, senão dessas pessoas que não aparecem, desse profissionais, desses técnicos, desses cientistas que não aparecem, mais que vão produzir riqueza para o País.

Então, esse momento é ímpar na história da Educação no estado de São Paulo; e o meu voto procura expressar, de forma que não dá para entender isso sem entender a história da Educação, aliás, do ensino superior no País. Essa tensão público e privado ela

não é de hoje, ela vem desde o início da Educação no País, conforme ali e aqui; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 4.024, essa tensão se colocou novamente, e isso está no contexto nacional; é importante nós fazermos essa reflexão.

Mas eu tenho clareza que, quando eu participei das conferências nacionais de Educação, desde o Sistema Nacional de Educação, até mesmo a questão que discutiu se nós teríamos que lutar somente por ter o ensino público no País, o debate foi cuidadoso. Porque a Constituição Brasileira ela prevê a coexistência entre o público e o privado; é claro que, de onde estou, a minha luta será pelo público, e pela ampliação do público.

Eu entendo que o Estado, ele deve ser, sim, o provedor, aquele que tem que oferecer, e deve oferecer ensino público; e não é só acesso, mas de qualidade, para todos aqueles que fazem uso da escola pública; e eu não ponho classes sociais, eu ponho qualquer classe social. Se nós olharmos o ensino básico neste País, quando teve época em que a classe média foi, ela participou, ocupou os bancos escolares; nós vamos ver, pega uma escola tipo a Caetano de Campos, onde hoje está a Secretaria do Estado da Educação.

É um sonho de consumo nosso, que as escolas públicas tivessem aquele projeto arquitetônico; hoje não, abriu para as massas populares a escola, e ela praticamente ficou reduzida a meio que a parede, o teto – e o resto se virem, não é? Estou falando da básica superior, os avanços que teve, face aí aos financiamentos; porque fala-se que ela só pega a cota-parte, mas a escola superior, o ensino superior, a ciência, as patentes que são produzidas, é dinheiro extra que está entrando no ensino superior, que está dando a sua contribuição de retorno.

Então é com esse cuidado que eu faço esse debate, e por muitas vezes, a gente não é compreendida; e às vezes é meio entendida como; eu não me acho xiita, eu me acho defensora de uma causa pública, assim como não acho que o Daniel José, com todo respeito, deputado, está errado em defender a tese dele. Que defenda a tese dele, mas eu acho que o nosso respeito ele tem que ser mútuo, e isso não nos torna nem menos e nem mais, nos torna sujeitos da pauta que nós defendemos. Então eu destaco isso, para dizer, deputada Valeria Bolsonaro, que esse primeiro ponto que eu destaquei, não sei se é agora, deputado, mas eu gostaria de destacar o seguinte: quando a senhora pede para inserir aquele ofício, eu diria que não seria, eu não vou usar o termo legal, porque daria um ar de ilegalidade; legal é, podemos entender isso, mas tratar isso como criminalidade, uma coisa, eu acho que não. E foi uma coisa que foi algo provocado por um ofício feito pelo presidente, que tem como resposta, aliás, dito o que o deputado Barros Munhoz disse o tempo todo: que é papel do Tribunal de Contas do Estado fazer a averiguação das contas.

Ele não dá nenhum suporte que venha dizer o seguinte: há criminalidade, ou há improbidade, até porque não é papel desse órgão, um instituto de criminalística, fazer esse encaminhamento.

Então divirjo desse primeiro como destaque; os demais pontos que o relatório de V. Exa. produz, eu não vi, deputada, em nenhum momento, nada que também colocasse na conta do Governo o papel dele também com as universidades; porque quando tem ciência e tecnologia o Estado ganha. Ganha, que eu falo, ganha não só porque é bonito, é legal e é bom; não, ganha em termos financeiros também; eu acho que tem de dar ao estado, também, alguma incumbência; senão fica só para as universidades. E elas estão cumprindo o papel delas, se há algo que tem que ser feito, que seja feito; mas elas têm cumprido o papel delas de formar cidadãos para, enfim, dar conta da questão; então foi uma coisa que me chamou muito a atenção foi não dar nenhum papel para o Governo.

Sem muita delonga, eu li a sub-relatoria; o deputado Daniel José transcorre sobre as universidades na concepção que ele acredita, de forma respeitosa, entendi que naquilo que se propõe a fazer faz de forma correta, e eu discordando, obviamente. Mas fustiga bem o debate; então, deputado, eu apresentei aqui o meu voto, eu li o meu relatório, eu fui cuidadosa com a paciência das pessoas; acho que não li tão morosamente como alguém suspeitasse que eu fosse fazer, por respeito até, por entender que eu sou minoria; eu sei ser minoria, mas também sei ser maioria. Nos sindicatos eu sou maioria, também sei ser a maioria, e sou respeitosa; posso ter o entrave político que for, então que vocês saibam ser maioria nesse momento também, muito obrigada, e paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Próximo inscrito, deputada Leci Brandão. Tem o tempo de dez minutos.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Bom, que Deus abençoe, proteja e ilumine todos os presentes, não só os parlamentares, como todas as pessoas que estão aqui. Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, dizer para o senhor que quando V. Exa. me deu aquela lista para assinar, da CPI; foi no momento lá no Plenário, você lembra? Eu estava lá sentadinha, e o senhor disse: “Assina aqui a CPI das Universidades”. Eu assinei, e eu não me arrependi, até porque, na verdade, eu vim para esta CPI para defender os estudantes; porque eu queria que eles ficassem isentos de qualquer tipo de ataque.

Porque eu sei que aqui tem muita gente que ataca os estudantes, assim, de forma muito violenta; e como eu participei quando eles ocuparam aqui a Assembleia, em que

houve o problema da merenda, eu fiquei junto com eles o tempo inteiro, e por isso mesmo que eu me envolvi. E eu não posso dizer que me envolvi por conhecimento universitário, até porque eu não entendo de universidade, até porque eu nunca entrei lá; nunca fui de nenhuma universidade, é um caso à parte o meu caso.

Mas a gente entende que a Educação e a Cultura são necessárias para o progresso do País, e para fortalecer o País; eu vou ler aqui rapidamente o que eu entendo da questão da CPI; não estou dando voto, não estou analisando ninguém, absolutamente, queria dizer que o relatório da deputada Valeria Bolsonaro, deputado Barros Munhoz retirou. É uma pena que o senhor tenha retirado, por que a forma como o senhor agiu aqui durante a CPI, foi uma forma muito, sabe, enfática, não é? Eu pensei que o seu relatório iria chegar aqui para a gente, mas o senhor retirou; e o senhor sabe porque, e se houve algum acordo eu acho que é a finalidade seja boa, para que haja pelo menos um entendimento, um equilíbrio.

E eu vivo pregando aqui na Casa que a gente tem que se entender, tem que dialogar, tem que respeitar o outro; enfim, eu vou bater nessa tecla aqui até o final da minha vida. Bom, na primeira reunião da CPI eu me manifestei para reafirmar que, aquilo que o povo espera de gestores e instituições públicas, é que seja feito o bom uso do dinheiro público. O deputado Daniel José, inclusive, grande defensor, é o homem do Estado mínimo, ninguém tem que pagar nada, enfim, não é? O Estado não tem que pagar nada, as pessoas têm que pagar tudo; eu também respeito Vossa Senhoria.

Dinheiro público é o dinheiro do povo; portanto, sempre que houver qualquer denúncia de mau uso desse recurso, eu entendo que, como representante do povo, é nosso dever averiguar com seriedade se essa denúncia é procedente ou não. Eu, pessoalmente, tenho confiança no trabalho realizado pelas universidades públicas de São Paulo, quero deixar muito claro aqui que eu defendo as universidades, eu acredito nelas; a minha assinatura consta na lista de abertura desta CPI para cumprir seu propósito.

E por isso eu solicitei a minha entrada como um membro titular, pedido que foi prontamente atendido, não só por V. Exa., Deputado Wellington, e também pelo presidente da Casa; desde o início nos manifestamos para que a atuação dos membros desta CPI permanesse focada no objetivo destinado à investigação. Nesse processo, de diversas formas, nós nos manifestamos no sentido de reafirmar que investigação não é acusação; pois, do contrário, esta CPI iria se desviar dos seus propósitos, iria se deter em questões menores, de ordem ideológica, e até mesmo de ordem pessoal.

Aí tira o caráter, e rebaixa o papel do Parlamento; isso aconteceu aqui algumas vezes; mesmo com idas e vindas, de certa maneira, foi se aprumando o caminho, mas sem muita polêmica. Na minha opinião, algumas ações aqui, algumas atitudes foram desnecessárias; mas nós chegamos até aqui, felizmente. Também quero aproveitar a oportunidade para justificar, e aí eu quero falar da minha pessoa, da minha ausência; por que as pessoas viram que eu não estava aqui sempre, eu sou a única parlamentar no meu partido, tenho que tomar conta de tudo e de todos.

E eu sou uma pessoa que, paralelamente a isso, também tive uma perda recentemente que mexeu muito com a minha emoção, com a minha atitude, com o meu comportamento: eu perdi minha mãe, eu perdi o rumo, perdi tudo; larguei tudo de lado, porque não tinha condições de continuar. Não estou justificando, estou apenas dando uma satisfação, e eu gosto de dar satisfação; porque eu não tenho nada para encobrir na minha vida, graças a deus. Entretanto, Sr. Presidente, eu nunca deixei; mesmo sem a minha presença física nesta CPI, de dar a devida importância, e também me inteirar dos temas e das discussões ocorridas nesse período.

Eu acho que cada parlamentar aqui se colocou do jeito que achou, que entendeu; e a gente teve ciência de tudo o que aconteceu aqui. Ao término desse trabalho, com os relatórios apresentados pela deputada Valeria, e pela deputada Professora Bebel, eu quero, na verdade, não justificar o meu voto; o que eu quero dizer que eu sou a favor, e defendo, as universidades públicas do estado de São Paulo. Até porque eu acho que são poucas as pessoas, neste País, que têm a oportunidade de estar numa universidade; principalmente dentro do meu segmento de mandato, isso acontece de forma muito ampla.

E vocês sabem que a vida da gente sempre foi pautada por defesa de minorias, pessoas que não tiveram oportunidade; e eu acho que é uma coisa lógica na minha história, e como parlamentar, eu não mudei; tudo o que eu pensei antes de chegar nesta Casa, eu continuo pensando da mesma forma. Então eu reconheço que, apesar de não ter sido uma pessoa frequentadora da universidade pública, a única possibilidade de acesso dessa população ao ensino superior é – além disso, elas têm implementado política de cotas, permitindo o acesso de negros e negras, e alunos das escolas públicas; isso é muito bom.

Eu sei que o objeto desta CPI é sobre a utilização dos recursos públicos, mesmo assim considero importante falar sobre a inclusão das pessoas; afinal é de cidadania que se trata, pois para que servem os recursos, e as instituições, se não for para incluir as

pessoas que mais precisam. Eu acho que todos os deputados desta CPI possuem um voto, e é importante dizer para onde está sendo apontado esse voto; com o histórico de vida que tenho, e com as experiências que adquiri na vida, posso dizer que meu voto jamais poderia ter outro objetivo, a não ser a defesa das universidades públicas de São Paulo.

Pois, se a gente realmente quer ver o bem de São Paulo, se queremos apoiar a gestão de recursos públicos destinados às universidades, nós vamos chegar à conclusão de que elas realizam muito, e que esses mesmos recursos não são ainda, assim, sabe? Na verdade eles são insuficientes, por mais que se aponte um ou outro desliz, eles são ínfimos diante da grandeza das nossas universidades. Dar um veredito final a uma floresta observando apenas uma árvore é um erro, e esse erro, essa deputada aqui não vai querer cometer.

E queria dizer que parablenzo todos os deputados, pela forma que se dedicaram a esta CPI, a quem fez o relatório, debruçar sobre todas essas questões é uma coisa que não é fácil; eu sei que deve ter sido muito difícil, muito delicado. Mas eu só quero parabenizar, e dizer que para mim foi uma honra muito grande poder ter participado um dia, na minha vida, de uma CPI das Universidades Públicas de São Paulo. E espero que o encaminhamento aqui seja o encaminhamento melhor para todos. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Obrigado, deputada Leci Brandão.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Porque o senhor anunciou que eu tinha 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E a senhora usou 11 minutos e 59, e deu por encerrado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois é, deu por encerrado os 20 que me doaram, que foi do deputado Enio.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputado Enio, deputado Teonilio, deputada Márcia.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - E o Jorge, eu tinha 20, mas eu tenho o meu regimental que é de 10, esse é meu.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, eu dou o tempo, agora, para a senhora. Para a senhora não falar que eu pulei a sua vez; tem a palavra, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado, eu vou me inscrever na hora que outros puderem inscrever; eu quero ouvir outras falas, só a minha.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A passagem que eu, a fala que eu passei, dos deputados Enio, deputado Teonilio, deputada Márcia, e deputado Jorge do Carmo foi no tempo em que a senhora iria fazer o uso da palavra, isso ficou muito claro. Então eu devolvo a palavra à V. Exa., para fazer o uso dos seus dez minutos, se a senhora não quiser, abrir mão, se a senhora não quiser falar a senhora está abrindo mão, eu passo para o deputado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu não estou abrindo mão, deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Então a senhora tem o tempo para falar, dez minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, o senhor coloque os outros para falarem também; porque que eu não posso falar depois?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Porque a senhora foi a primeira inscrita.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Naquele tempo, naquele tempo que me fora dado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputada, eu estou deixando; eu acho que aí a senhora, se não a gente vai ficar num debate desnecessário, que a senhora, depois, terá que apresentar uma questão de ordem. Enfim, então eu estou dando.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então eu estou dando tempo para a senhora, pode fazer, eu estou dando tempo para a senhora possa fazer uso dos seus dez minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A minha questão de ordem, deputado, é a seguinte: eu estou dizendo que, tendo oradores inscritos, eu passo para o final da lista.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A senhora foi a primeira inscrita.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois é.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por isso mesmo, eu volto o tempo para V. Exa., dos seus dez minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Se o senhor quiser por em votação, e senhor põe, deputado, mas eu não vou falar agora.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Então eu dou por encerrado o seu tempo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não pode, regimentalmente o senhor não pode.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Claro que eu posso.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não pode.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Então faz assim, deputada: a senhora apresenta uma questão de ordem, e a gente resolve isso depois da sua resposta da questão de ordem.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presidente, o senhor tem uma lista com as anotações de todos os que se inscreveram?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Perfeito.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - E eles se inscreveram na fala, na leitura do relatório da deputada Bebel? A deputada estava lendo, depois a deputada Leci iniciou a sua fala, a discussão.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, peço desculpas, deputado, eles passaram o tempo, deixei foi claro isso, na hora em que a deputada Professora Bebel fosse fazer o uso da palavra; que foi então o momento que ela usou. Ela usou 11 minutos e 59 segundos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Do total dos 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Do total, e abriu mão de falar o restante; se agora.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Porque sabia que tinha mais dez, deputado, por favor; eu tenho mais dez agora.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu estou.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Falar agora; o senhor nunca me deu a palavra antes, que é hoje o que o senhor está me dando.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputada, a senhora foi a primeira inscrita, como não dei a palavra? A senhora foi a primeira a falar; nós estamos, praticamente, uma hora ouvindo a senhora aqui falar.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ele está inscrito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O deputado Barros Munhoz está inscrito.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois é, então, deixa ele falar, depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Ele se inscreveu depois da senhora.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Quando eu me inscrevi, ele me inscreveu.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputada, eu, infelizmente, eu estou dando o tempo para a senhora usar, agora, dos dez minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não vou exemplificar por que que eu não aceito o negócio, mas vou ler.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Fique à vontade, a senhora tem o tempo de dez minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Daí vou ler mais coisas também, já que.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Usando os seus dez minutos a senhora pode usar.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu estou querendo otimizar, deputado Barros. O senhor poderia ajudar, eu sei que o senhor está; o senhor poderá fazer o uso da palavra, aí depois eu fazer. Nisso, a dinâmica muda, isso é uma dinâmica mais democrática; não, mas me parece que eu tenho que falar, para depois todo mundo falar, você tá entendendo? Eu não tenho o direito de falar, essa que é a questão. E isso não é democrático no Parlamento, não é; porque eu tive o meu tempo e falei. Tá, se falei menos ou mais, isso não cabe à Mesa avaliar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, sinceramente, eu, tendo em vista até o bom andamento do trabalho, nós estamos caminhando para concluir bem a CPI; eu faria uma proposta, que V. Exa. acolhesse essa solicitação. Eu acho que não vai interferir em nada; e é democrático, porque ela teme esse tempo, então o senhor não está fazendo nada. Eu concordo com o pleito dela; mas, deixando claro que a decisão é de V. Exa., e de que eu faço esta concordância para o bom encaminhamento dos trabalhos; que é o objetivo maior hoje, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - É só para concluir, Sr. Presidente, porque eu estava com a palavra. Eu entendi a lógica que o senhor utilizou, ao transpor, ou ao ceder o tempo daqueles que se inscreveram à deputada Bebel, eu entendo que ela

utilizou o tempo daqueles que cederam, abriram mão, e transferiram. Portanto, os dez minutos da deputada persistem; e acho que o deputado Barros Munhoz tem razão. Isso não muda o resultado final; então poderemos continuar na lista que o senhor tem, das inscrições, e a deputada Bebel se inscreve para falar posteriormente. É uma questão só de encaminhamento, absolutamente nada contra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Se houver acordo com os outros deputados. Pela ordem, deputada.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Eu não concordo; até porque ficou estipulado aqui que todos os companheiros que passaram o tempo para ela, seria incluído no tempo dela de fala. E não tem muito mais o que descobrir, o que falar; pode ser falado agora. Agora, esperar para falar depois? Não vai surgir nenhum fato novo, para mim não faz sentido esse tipo de abertura.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Se me permite, presidente. Sra. Carla.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputado Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Entendo a sua colocação, mas também não atrapalha em nada, não cria nenhum. Eu acho que é válido ela se manifestar depois de ouvir, principalmente a minha fala; eu faço este apelo, dez minutos a mais não vai, eu acho que a gente encaminhou, passou por tantos obstáculos, deputada Carla. Eu acho que vale a pena, presidente, vale a pena.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Registrar a presença do deputado Danilo Balas, presente também aqui na CPI. Se não há consenso, Srs. Deputados, eu vou fazer da forma que eu havia sugerido no início: que a deputada Professora Bebel dê continuidade à sua fala, por gentileza. A senhora tem o tempo, ainda, de nove minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bem, eu chamo a atenção, e acho que, para o seguinte: é uma Casa democrática, muito democrática, era para ser. Eu acho que falar antes, ou depois, não interfere.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Posso fazer um aparte de 15 segundos?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pois não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu vou falar menos do meu tempo, e vou ceder a parte do meu tempo à V. Exa.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Mas eu quero dizer o seguinte: eu não seria diferente, hoje, claro. Claro que não seria. Eu não vou me passar por vítima, que nunca fui vítima; eu já enfrentei muitas coisas, não vai ser esta que vai me tornar menor, ou é isso que vai doer mais ou menos para mim, que eu quero dizer para o senhor assim: sou extremamente, totalmente, preparada para esse tipo de jogo. Que é o jogo de tentar: “Se essa é a minoria, vamos pisar na cabeça, passar o rolo compressor”, não é? Isso não avança, deputado, não avança.

O senhor, por várias vezes aqui; interessante que quando eu queria falar primeiro não deixavam, já tinha a lista dos pré-inscritos, tinham os pré-inscritos. Eu fui à Mesa e vi, estava “pré-inscrito”, não pode dizer que. Eu só não tive a indelicadeza, e não faço isso; mas se eu sou qualquer outra pessoa, teria tirado uma cópia daquilo lá e mostrado: “Olha, já tinha os pré-inscritos”. Isso eu vi, eu fui até a Mesa para que me deixasse, eu não via movimentos de pedido de inscrição; isso foi um andamento, talvez a dificuldade que se teve de se fechar esta CPI se deveu a esses comportamentos.

Porque outros, a gente sabe que ia ter diferenças, que a gente não ia concordar, que a gente ia, de certa maneira, nós íamos nos colocar contrariamente. Que não é fácil a abordagem que era feita aqui; então eu lamento profundamente que V. Exa., mesmo neste último dia, mantivesse o mesmo comportamento durante toda a CPI. Aprendi, nos movimentos que eu, que vocês acham que é de bandalheiras, mas são movimentos que ensinam para a gente muita disciplina e respeito um com o outro; e eu fico assustada, aqui está eu e a deputada Leci Brandão, me parece não concorda; me parece não, claramente não concorda com o voto majoritário, não é?

E a gente não vê nenhum, nem um aceno para melhorar a relação, parece que tem que passar o rolo compressor. Não é porque eu não tenho o que falar, porque falar eu tenho muito o que falar, muita coisa que falar; mas quero falar desse Instituto de Criminalística, para mim foi uma aberração isso aqui. Estou falando até num tom mais baixo do que eu costumo, porque colocar as universidades no cunho de crime, não é? Então vejam bem: “Em análise do ofício em questão, insta consignar a ressalva constante ao final de seu texto referente, aliás, as limitações e competência do Instituto de Criminalística quanto à análise das contas prestadas pelas universidades paulistas; com o reconhecimento de que o Tribunal de Contas do Estado”.

Quantas vezes o deputado Barros Munhoz falou isso? “É o ente de fiscalização externa, competente para tal análise; quanto se verifica a folha 7 do aludido ofício”. A resposta que veio para o deputado, presidente: “No entendimento técnico da perícia criminal, é que o órgão responsável pela fiscalização, Tribunal de Contas do Estado, promova exames para verificação da incoerência, e ou regularização dos problemas, detectados no relatório”.

E aí TC 001469026/13; ademais ainda: quanto às ressalvas colocadas, o próprio Instituto de Criminalista explícita à folha 15, que “a função da perícia criminal é de constatar eventual materialidade” que a própria relatora falou “indícios sem materialidade”; isso a senhora coloca, inclusive, um pouco antes do voto, colocou como indícios de irregularidades. O que é diferente de materialidade; materialidade você foi lá, constatou, viu e tira as conclusões técnicas, e não político-ideológica, é dessa forma que eu entendo.

Aliás, o senhor delegado, não é? Então, a gente. Bom: “a função da perícia criminal é de constatar eventual materialidade em processo de crime, não podendo fazer auditorias, e/ou levantamentos que fogem do âmbito de sua atribuição legal, como auxiliar da Justiça”. Quer dizer, eu não entendo porque que esse documento passou a ter uma importância no relatório, deputada; gostaria de ouvi-la depois. “A CPI, por possuir poderes próprios de investigação, de autoridades judiciais, pode se servir dos serviços de órgãos públicos na instrução dos trabalhos desenvolvidos. Entretanto, em razão do princípio da especialidade que incide sobre a questão apreciada pelo Instituto de Criminalista do Estado de São Paulo”, o ofício tal e tal e tal conforme já citei aqui.

A saber, as contas das Universidades Paulistas, deveria ter a CPI invocado aos auspícios do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para análise de material contido no pen-drive que acompanhou o ofício da CPI, interpelando, inclusive, a corte de contas,

quando análise das contas já prestadas; não submetendo material ao Instituto de Criminalística.

Aliás, só um destaque para isso: toda vez que a gente, toda vez que este esse órgão, a CPI, ela teve que mandar; essa é uma questão que eu levanto para o presidente-deputado, presidente da Comissão. Nós fizemos requerimentos, esse aqui não passou por nós, foi, eu não me lembro de a gente ter feito um requerimento pedindo informação ao Instituto de Criminalística, não me lembro. E eu sou boa de memória, pode ser que, dessa vez, eu tenha esquecido; mas não foi dito, não foi feito; eu considero, isso pode gerar, sim, um problema entre nós; eu não pretendo negociar esse tipo de coisa, deputado, eu não pretendo.

Se permanecer esse relatório como está indicado aqui, eu tomaria uma decisão com relação a isso; ele não pode estar. Porque não passou por esta CPI um pedido de requerimento ao Instituto de Criminalística, todos os demais passaram, portanto, têm legitimidade. Eu não estou dizendo que o presidente não é legítimo, mas tudo que é para nós avaliarmos tem que passar pelo colegiado; submetendo material restrito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para concluir, deputada, por gentileza.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Mas eu ganhei mais um tempo do deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O Deputado já passa agora o tempo? Deputado Barros Munhoz? Deixar registrado; então deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Desculpa, vou concluir.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Ele não passou, só para concluir.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O texto do ofício está mais afeito à apuração de fatos em processo de crime, procedimento este que, em consonância com a teoria geral do processo penal, pressupõe se já tenha superado a fase de persecução

Verba Editorial Ltda.

penal, fazem inquisitiva, inquérito, com a qual se identifica juridicamente a CPI. Havendo a indicação pelo legitimado, a propor a ação pública.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para concluir, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - De autoria, e a materialidade dos fatos tidos como criminosos. Não se pode confundir processo criminal com inquérito criminal; esse trata-se de uma fase específica daquele, em que se busca a apuração dos fatos, visando concluir, de forma objetiva, quanto à existência de materialidade, e a autoria dos eventos tipificados como ilícito-penal, e não ilícito-administrativo. Assim sendo, não pode ter o teor constante no ofício tal e tal datado de 18 de outubro de 2002.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputada, para concluir, por gentileza.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Vou terminar, três linhas. “Instituto de”.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É que o tempo já se esgotou, de V. Exa.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - E sem que haja uma análise profunda da documentação enviada pelas universidades, como elemento de comprovação objetiva e conclusiva da totalidade de ocorrências de irregularidades.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Deputada, eu peço pela terceira vez, por gentileza, para a senhora concluir, por respeito, para eu não precisar.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Estou com o dedão do pé agora, beleza.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - No tendão, infelizmente; felizmente no meu tendão não tocou. E segundo, eu acho que V. Exa. não estava no dia, talvez a senhora deveria estar até no lado de fora, no dia que foi aprovado que o Instituto de Criminalística faria parte de todas as conclusões. Então deixo registrado isso.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tem que estar registrado por escrito, e não está.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não, está registrado, e foi aprovado por esta CPI. Passo a palavra à deputada Valeria Bolsonaro. Tem o tempo de dez minutos.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Bom, eu só queria fazer um apanhado geral. A primeira coisa: eu gostaria de agradecer a todos que participaram desta CPI, todos os deputados que se empenharam, que estiveram aqui trabalhando. Foi um trabalho difícil, não foi um trabalho fácil; nós ficamos aqui durante muito tempo conversando, ouvindo, dando a oportunidade para que as pessoas das universidades dessem algumas explicações sobre as denúncias que recebemos.

Então, nos baseamos em fatos, e denúncias, que chegaram a todos nós deputados; inclusive denúncias que foram apontadas pelo Tribunal de Contas, Ministério Público e pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil, como consta em nosso relatório. A CPI tem aqui o papel de levar esses apontamentos para todos os órgãos responsáveis pela apuração dessas denúncias, com relação à condução da administração universitária; pois assistimos aqui ex-reitores que fizeram das universidades verdadeiramente suas casas; ferindo, de forma arbitrária, princípios administrativos, sem levar em consideração leis estaduais e mesmo as federais.

Casos esses que são motivos de processos no Ministério Público de Contas, chegando, em alguns casos ao STF; como é o caso de mudança de regime inconstitucional da Unicamp, e a questão dos salários extrateto. Uma reflexão que eu gostaria de deixar aqui é a seguinte: estariam todos esses órgãos, Tribunal de Contas, Instituto de Criminalística da Polícia Civil, CPI da Alesp, STF, considerando erroneamente as atividades administrativas das universidades?

Ou realmente precisamos rever conceitos que estão sendo usados pelos administradores, causando tantos transtornos, denúncias, inconstâncias em suas prestações de contas ao Estado e à sociedade. Eu procurei aqui dar voz a tantos servidores das universidades, que nos encaminharam várias denúncias de toda ordem; e gostariam de falar aqui na CPI. Muitas injustiças que ocorreram dentro das administrações, que apontaram privilégios, perseguições, processos jurídicos e até assédio moral a servidores que se posicionavam contrários a certas colocações dessas administrações.

Nós queremos uma universidade que realmente seja de excelência, mas uma excelência que inclua a todos; desde os servidores mais simples até os grandes doutores docentes, e principalmente os nossos jovens, que serão os responsáveis pela vida de nossas universidades. Então eu quero concluir aqui, Sr. Presidente e demais colegas, que o nosso objetivo maior foi concluído; que é fazer os apontamentos para que os verdadeiros responsáveis pela fiscalização possam fazer o seu trabalho.

Nós não aqui acusamos, não julgamos; esse não é o nosso papel, o nosso papel é, única e exclusivamente, levantar, apontar as denúncias, para que os órgãos competentes possam fazer suas devidas colocações, suas devidas apurações; e assim, a nossa universidade possa ser protegida de todo e qualquer problema. Muito obrigado a todos, e eu termino aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Passo a palavra, então ao deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. deputadas. Eu, primeiro, queria parabenizar a deputada Bebel, que assumiu esta CPI como titular, e fez e vem fazendo, e continua fazendo um trabalho que tem que ser elogiado permanentemente. Deputada Leci, eu ouvi o seu depoimento, e sei das dificuldades que a senhora teve; mas pôde aqui, também, acompanhar esse debate, como os outros deputados o fizeram. Eu acompanhei como suplente, e pude participar de algumas atividades aqui, quando a deputada Bebel não pôde estar presente, porque tinha outras atividades.

E eu confesso que a CPI, ela começou de um jeito, e terminou de outro; e eu estou surpreso; porque ela começou com um viés, e ela está terminando com outro. Isso tem, com certeza, valores importantes do ponto de vista do debate político; se a gente tivesse aqui a possibilidade de fazer uma retrospectiva, teríamos, com certeza, cenas e imagens fortes do deputado Barros Munhoz na defesa da universidade pública, ou mesmo da

Professora Bebel. Como tivermos intervenções que, ao longo do debate, foram se calibrando, até possivelmente chegar a esse relatório.

Mas eu queria aqui, Sr. Presidente, em um minuto, dizer o seguinte: se a CPI não chegou àquilo que podia, talvez porque nós tivemos dificuldades, inclusive, para fazer uma acareação, proposta aqui pelo deputado do Novo, o deputado Daniel José; não vou falar. Porque seria muito interessante, e nós estivemos muito próximos de realizar esse debate; infelizmente o tempo parece que foi insuficiente; como poderíamos ter aprofundado as questões dos repasses de recursos para os hospitais, no caso, das organizações que atuam nos hospitais universitários.

Mas eu termino aqui, porque eu quero transferir o meu tempo para a deputada Bebel, que foi embora mas está voltando, só com uma última informação: uma das discussões que passa pelas universidades, e eu tenho certeza, diz respeito a recursos. E o Governo do Estado, ao longo desses anos, ele tem feito uma política de desoneração, que atinge, no caso do ICMS, 17 bilhões; e uma parte desse dinheiro poderia ser repassado para as universidades para minimizar, melhorar, atualizar a ação.

E a bancada do PT sempre pediu que se desse transparência às empresas que são beneficiadas com esses recursos; e o Governo, inclusive o atual, com o então ministro, agora secretário Henrique Meirelles, nessa comissão de finanças que eu participo, que o presidente também participa; sempre disse que era ilegal, que não poderia, que não deveria, que isso fere os princípios da legalidade etc. Eu queria só registrar aqui, Sr. Presidente, que no dia de ontem a Quarta Vara Pública decidiu, por liminar, que o governo tem 30 dias para informar todas as empresas que recebem esse tipo de benefício.

Isso, com certeza, trará luz, e poderá, esta Casa, fazer uma avaliação: se foi um benefício, ou se foi um prejuízo; se o Estado deu o dinheiro quando deveria arrecadar; e, quem sabe, repassar para quem de fato merece. Muito obrigado, e eu passo o restante do meu tempo à deputada Bebel.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deputada Bebel, nós temos três minutos e 37 até agora. Pode dar continuidade, deputada, respeitando o tempo dos dez minutos, por gentileza.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Três minutos, é isso?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Já passou três minutos e 38 segundos. Faltam seis e, seis e 22.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom, vamos lá, eu.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Ele passou o tempo, deixa eu, é o resto do tempo do deputado Paulo Fiorilo. É cinco ou dez? Cinco minutos, então; então V. Exa. tem dois minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Dois minutos é abrir e fechar a boca, não é?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É menos ainda, é um minuto e 15, eu estou dando dois minutos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Devolve os meus dois minutos aí, poxa.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Tem dois minutos, pode falar. Está rolando o tempo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - No que eu ainda insisto, presidente, e aí, de forma muito cordial. É que esta CPI trabalhou, ou procurou trabalhar pelo menos; teve pedido meu que foi, como é que eu falo? Que não foi aprovado aqui, entendeu? Mas eu não me lembro de ter votado: “A senhora estava lá fora”, mas quem está dizendo que é ofício é o Instituto de Criminalística; ele que está dizendo, não sou eu que estou dizendo.

É um ofício de V. Exa., não é? Está bom, eu vou fazer um cavalo de batalha por causa disso? Não, só estou chamando a atenção para que isso não ocorra de forma; porque sabe? Se eu sou presidente, eu posso fazer tudo o que eu quero, posso mandar um ofício também; que eles ficam toda hora lá.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para concluir.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Negando os ofícios; então, quero dizer para V. Exa. que o senhor fez isso, e isso não soou bem, não chegou bem; e o tiro foi no pé, porque não foi o resultado que V. Exa. esperava que ia ter. Tá? É isso.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quero deixar registrado: dia 28/9, dia 28/8, foi aprovado esse requerimento, no qual o deputado Paulo Fiorilo, a senhora não estava presente, deputado Paulo Fiorilo que assinou. Então deixo registrado aqui, no qual a gente pediu, solicitou, através de um ofício, o Instituto de Criminalística, que designe um perito contábil, profissional especializado do Estado, para que possa analisar a regularidade de prestação de contas das universidades paulistas do Estado, referente aos exercícios de 2013 a 2019. Vossa Excelência não estava nesse dia presente, talvez seja esse o motivo. Passo a palavra ao deputado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Mas o tiro foi no pé, não é, deputado? Lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só se for da senhora, da V. Exa.; passo a palavra ao deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores que nos honram com suas presenças; eu queria dizer o seguinte: que me encontro perfeitamente feliz com o resultado desta CPI. Que, quando ela começou, foi sobre o impacto daquela notícia do jornal “O Estado de S. Paulo”, que nos atemorizou a todos; que era uma verdadeira afronta que se faria ao princípio constitucional da autonomia administrativa, e educacional, das universidades; aliás, previsto na Constituição Federal, na Constituição Estadual.

Felizmente não foi isso que aconteceu, todos nós assinamos um documento de que não seria essa a tarefa da CPI, e a CPI caminhou; eu podia falar com o mesmo ímpeto que eu falava contra algumas teses, a favor do relatório da deputada Valeria Bolsonaro. Mas não é isso o que interessa, o que interessa é só uma questão de modo de falar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Peço só que arrumem o som, por gentileza; está dando microfonia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está meio oco aqui mesmo; eu vou tentar falar aqui, com licença.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Por favor. É que aumentaram para V. Exa. não precisar estremecer a sua voz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas enfim, eu queria dizer o seguinte: é lógico, houve questões aqui que provocaram, realmente, exaltação, desacordo, desentendimento, divergência. Mas isso é a essência da política, a política é a arte de buscar a convergência, eliminando as possíveis divergências; então, eu acho que a gente fez isso. E não é a primeira CPI da qual eu participo, eu participei de várias CPIs, e acho que essa não ficou nada A dever às melhores das quais eu participei. É lógico que nós padecemos de um vício elementar: a CPI é quase nada; porque quando ela apura alguma coisa errada, e apura quem as cometeu, ela encaminha para o Ministério Público.

Ela não tem poder de decisão algum sobre o que está errado, e o que foi apurado como errado; então é um instrumento legislativo, serve mais até para apontar os assuntos que estão em debate, a jogar luz sobre esses assuntos, do que qualquer outra coisa. Agora, eu queria dizer isto: eu sou muito prático. Não adianta eu dar murro em ponta de faca; eu até faço isso quando o murro é dado com a minha mão; agora, eu não sou Tiradentes com o pescoço do meu povo, eu não sou Tiradentes com o pescoço dos professores das universidades, não sou Tiradentes com o pescoço dos alunos das universidades.

Eu sou um defensor intransigente das universidades públicas de São Paulo. Em primeiro lugar, porque elas são indiscutivelmente melhores do que as privadas; eu até divergi do deputado Daniel, porque o Mackenzie, que é indiscutivelmente uma universidade particular reconhecida e respeitada, ela está no ranking das universidades brasileiras em 32º lugar, atrás das três universidades públicas do estado de São Paulo. No contexto internacional, as nossas universidades estão melhores do que 90% das universidades, e a grande maioria delas se concentra nos Estados Unidos, no Canadá, na Alemanha, em países muito mais desenvolvidos do que o brasileiro.

Então, se há coisas a serem apuradas, vamos apurar, mas não vamos destruir o que foi feito; e, com toda a sinceridade, deputada Bebel, eu tenho o mais profundo respeito

pela sua atuação. Não apenas parlamentar, sua atuação de sindicalista, defensora de uma categoria que é a mais respeitável deste País, entendeu? Da sua batalha que eu conheço; e eu sou testemunha da forma como a senhora conduz essa posição difícil de ser bem conduzida. Mas eu não concordo com nenhuma das três conclusões do relatório de V. Exa., nenhuma das três; eu acho que o estado de São Paulo não tem condição de dar mais um real a favor das universidades públicas, nem um real, não tem condição.

Aliás, nenhum Estado brasileiro dá nem 1% do que São Paulo dá; quase nenhum país do mundo destina às universidades públicas o dinheiro que o estado de São Paulo destina; são quase 10% do nosso Orçamento minha gente. Rodem as prefeituras do Estado, e vejam a falência em que elas se encontram; a situação da Saúde, a situação do Ensino primário Fundamental, que é obrigação dos municípios, que é a primeira obrigação. Os municípios não têm obrigação de colaborar com o ensino universitário, mas têm obrigação, e são privados disso.

O ICMS, que vem para as universidades, deixa de ir, 25% dele, para os municípios; que todo mundo aqui sabe: 25% do que é arrecadado de ICMS não fica para o Estado, fica para os municípios. Enfim, eu teria aqui muitas coisas a falar; discordo frontalmente de termos encaminhado um ofício ao Instituto de Criminalística, que eu confesso que fui ao superintendente, ao presidente do instituto: “Mas, Maurício, não tem sentido, como é que você vai responder um ofício desses”, eu fui lá. Porque nós estamos perguntando para um órgão uma coisa que esse órgão vai responder, e nós vamos caminhar; nós viramos intermediário de correspondência?

É, uai, o que é, nós viramos correio? O Instituto de Criminalística manda um ofício para nós, e nós mandamos para o Tribunal de Contas, que é para onde deveria ir, e para o Ministério Público, que é para onde deve ir. Agora, eu não vou sacrificar o maior pelo menor; isso é um problema menor, tudo bem, não vai ter consequência. Agora, se esse relatório contivesse outras coisas, eu votaria contra; mas não tem, a única coisa que tinha eu procurei tirar. Por quê? Da minha cabeça? Não, ouvindo a USP, ouvindo a Unicamp e ouvindo a Unesp; o que eles me solicitaram, e a deputada Valeria.

E eu quero aqui parabenizá-la, viu, deputada? Sua atitude foi digna, foi bonita; é assim que se constrói a democracia que nós queremos, não é com palavras: “Eu vou votar contra porque eu sou esquerda, porque eu não sou direita; eu vou votar a favor porque sou direita e não sou esquerda”, não. Aliás, eu não sou nem esquerda nem direita, eu sou barrigudo; eu abomino o que aquele professor da USP, da Faculdade de Saúde Pública

fez, sem ter o direito de fazer, com o mesmo ímpeto que eu abomino quando alguém da direita faz, o que o nosso ministro da Educação de vez em quando faz.

Vilipendiado sobre quem discorda dele, e fazendo como se ele fosse dono do Ministério, e não como simplesmente o ministro; eu já fui ministro deste País, mas nunca me considereí dono do Ministério. Então, por tudo isso, presidente, em primeiro lugar parabéns: a gente discordou bastante, mas a vida é assim; desde que você, da discordância, construa alguma coisa, e nós estamos construindo. Sabe o que nós estamos construindo? As universidades não vão sair arranhadas, não vão sair vilipendiadas, e nós vamos ter concluído um trabalho que valeu a pena; inclusive por coibirmos coisas erradas, e gravemente erradas, das universidades; o excesso do teto é mérito desta CPI, sim, se não tivesse havido a CPI, como eu falei.

Às vezes é mais por aclarar os problemas, do que pelas suas conclusões, que a CPI tem valor; e essa é uma prova disso: o problema apareceu, e ficou insuportável. A luz teve que ser apagada quando se fez a iluminação. Então, minha cara deputada Bebel, com o maior respeito, vamos fazer outros embates juntos, e vamos terminar juntos; nesse daqui, sinceramente, eu evitei o mal maior.

O que adiantava eu pôr o meu relatório, e elas votarem no meu, ou eu votar no delas? Ia ser seis a três, entendeu? Agora fala: “Não, mas nós temos que defender”, não. Eu estou defendendo algo correto, e o que eu não achava correto foi mudado; e eu não posso, por teimosia ou por qualquer outra razão, deixar de reconhecer, e voto conscientemente no seu relatório, deputada Valeria, conscientemente. Então, dito isso, eu quero parabenizá-los, e encerrar a minha fala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Com a palavra, deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Uma boa tarde a todos, também gostaria de dizer que o período desta CPI foi um período de bastante aprendizado para mim, a gente teve várias discussões profundas; eu senti, em boa parte das vezes, por boa parte dos membros desta Comissão, um compromisso de busca pela verdade. De tentar entender qual que é a real situação das universidades paulistas: da USP, Unesp e Unicamp; e tentei aproveitar essa oportunidade para buscar me aprofundar em, realmente, buscar soluções. De como essas universidades, a USP, Unesp e Unicamp, poderiam servir ainda melhor a população paulista.

Tanto aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito; como parte do Conselho Consultivo da USP, eu cheguei a diversos pontos e que eu acho que, no final de contas, talvez não tenham sido aprofundados como a gente gostaria. Realmente, o tempo é limitado, e as discussões, enfim, nunca acabariam; mas no final de contas eu percebi alguns pontos que eu gostaria de levantar aqui, e que eu acho que merecem discussões futuras. Eu percebo, e diante de todas as comunicações das universidades, um orgulho muito grande dessas três instituições ao se comparar com o passado.

De fato, quando nós observamos todos os gráficos de número de alunos, número de pesquisas, de fato os resultados são muito bons; a USP, Unesp e Unicamp melhoraram muito ao longo dos últimos anos. Por um outro lado, eu sinto uma falta de vontade de se comparar com as 50 melhores universidades do mundo; porque é isso que o orçamento de USP, Unesp e Unicamp permite elas se compararem. Então, uma vontade e um viés de comparar o seu desempenho, o desempenho próprio, ao longo do tempo; mas não querer se comparar com o que existe de melhor ao redor do mundo.

Então, de uma certa maneira, é uma vontade de celebrar o que viveu no passado, e o que atingiu até agora; mas não olhar tanto para o futuro. Eu acredito que, nessas três universidades, existe uma influência exagerada da política na realidade da gestão delas; eu acredito que a USP, Unesp e Unicamp deveriam ser geridas muito mais por critérios técnicos do que por políticos. E isso acontece muito por conta do modelo de governança que essas universidades adotaram; para escolha do reitor são eleitas chapas, e essas chapas têm que buscar apoio político, e na busca de apoio político aqueles critérios técnicos acabam se desfazendo.

Então, eu entendo que uma revisão de questões de governança deveria ser mais debatida num futuro para que essas três universidades de fato melhorem, como têm o potencial de melhorar. Eu não consigo ver tantos padrões, tantas políticas, tantas boas práticas no quesito de despesas; eu sinto falta de outras resoluções, como a 7.344, que infelizmente mais recentemente foi alterada e flexibilizada; mas medidas que, de fato, levem essas três universidades a serem mais responsáveis no uso do recurso público aplicado em cada uma delas.

Da mesma maneira, também vejo uma necessidade de novas políticas, e revisões salariais; então novos desenhos de carreiras para os professores e pesquisadores, mais modernos, mais parecidos com o que existe nas melhores universidades do mundo. Com professores que sejam exclusivamente dedicados para o ensino, com professores que têm um enfoque muito maior para pesquisa; de acordo com aquilo que eles acreditam ser a

sua vocação. Eu acho que, eu acho não, eu noto que, através das vários indicadores de publicação, que existe um foco exagerado para a quantidade de pesquisas, e não para a qualidade delas; então os incentivos estão distorcidos.

A gente se vangloria por uma USP publicar 16 mil artigos num ano; mas o quanto, de fato, esses artigos estão impactando na sociedade? O quanto, de fato, eles estão levando a ciência para um passo à frente da fronteira do conhecimento? Isso a gente não sabe, a gente não mede. Então, é importante que, no futuro, a gente consiga olhar cada vez mais para isso; e também, o sexto ponto aqui, eu sinto falta de uma visão mais ampla de ensino superior paulista. Como que nós, com os recursos que nós temos, podemos servir de fato todos os jovens paulistas; e prepará-los para o mercado de trabalho, e prepará-los para um futuro de sucesso?

Eu sinto falta de um debate que se aprofunde em ensino técnico, que se aprofunde no foco de instituições que façam aquilo que, de fato, são boas.

Então, se um departamento é bom em ensinar seus alunos, que foque no ensino, e não na pesquisa; se o departamento faz pesquisas muito de ponta, foque mais em pesquisa, e talvez até menos no ensino. Então, eu sinto a falta de foco, para que cada uma das instituições explore o que tem de melhor. USP, Unesp e Unicamp, como o próprio deputado Barros acabou de mencionar, consomem dez bilhões de reais por ano, de repasse de ICMS, que é o dinheiro de quem paga imposto. Que, muitas vezes, a gente já remete a empresas, mas não pensa que quem paga esse imposto às vezes é a mãe solteira, que cuida de vários filhos, e que não sabe se vai ter dinheiro até o fim do mês, e que acorda no meio da noite preocupada.

Ou o pai de família que acorda cinco horas da manhã, imprime vários currículos, uma pastinha surrada para ir até o centro, e buscar um emprego. Infelizmente esse currículo cheio de erros de português, porque a educação básica é lamentável neste País; por outro lado, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que cuida da Educação Básica, tem um orçamento de 32 bilhões de reais. Só que, se nós vamos descontar tudo aquilo que é gasto com inativos, com repasse de Fundeb, que vai direto para os municípios, e com outras contas que o secretário de Educação não tem controle direto; esse orçamento real cai pela metade, e fica por volta de 16 bilhões de reais.

Então nós temos 16 milhões de reais do orçamento paulista, indo para ensinar 3,5 milhões de jovens na Educação Básica; e dez bilhões de reais indo para essas três universidades, que vão ensinar 180 mil alunos, e fazer alguns milhares de pesquisas, alguns milhares de publicações que a gente ainda não sabe qual o nível da qualidade de

todas elas. Para mim, é uma questão de justiça social priorizar a Educação Básica; nós só seremos um país próspero de verdade se nós tivermos igualdade de oportunidades.

Se todo mundo, independentemente de onde nasça, e sob quais, tenham as mesmas condições de saber, e de se preparar, em conhecimentos básicos para conseguir um trabalho, para conseguir progredir em estágios superiores de estudo e de educação. Só que isso a gente não vai conseguir fazer se a gente gasta 20 vezes mais por aluno no ensino superior, que acaba capitando boa parte da elite da sociedade, do que com os alunos que estão na Educação Básica; isso não vai acontecer. E aí a minha recomendação, muito diferente do que a maior parte das pessoas acredita, é que nós temos que: “Ah, não, então vamos sucatear a universidade, para priorizar a Educação Básica”; não é assim que eu vejo.

Eu acho que, para a gente conseguir priorizar a Educação Básica, a gente tem que ser cada vez melhor no ensino superior, e usar cada vez com mais responsabilidade os recursos, e ter um compromisso sincero de usar cada centavo, que nós usamos do pagador de impostos, da melhor maneira possível, com o maior retorno possível. Só assim a gente vai conseguir fazer com que a USP, Unesp e Unicamp, e que, afinal de contas, todos os alunos do estado de São Paulo tenham a educação que devam ter. Se nós formos cada vez mais responsáveis, cada vez mais diligentes com os recursos das universidades, e obtendo cada vez mais resultado.

A gente vai conseguir ensinar mais alunos, a gente vai conseguir fazer pesquisa de maior relevância, e a gente vai conseguir usar melhor esses recursos públicos; sobrando mais espaço para que nós possamos alcançar também para o Ensino Básico. Se as universidades paulistas focarem em outras fontes de receita, isso pode abrir espaço para que o ensino no ensino básico tenha mais recursos, e por aí vai. Eu acredito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS -
Deixar registrado apenas que estão encerradas as inscrições. Pode continuar.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu acredito que cobrar, e ser cada vez mais focal, para que as universidades sejam exemplares, talvez seja a melhor maneira de nós conseguirmos priorizar o Ensino Básico. E enfim, para finalizar, eu gostaria de dizer que esse foi só, no meu ponto de vista, só o começo; foi uma primeira vez que eu me aprofundei com seriedade, e entender, assim em miúdos, a real situação das universidades, e que esse trabalho vai continuar.

Até por conta do Conselho Consultivo da USP, mas também por entender que parte da missão que a gente tem, de fazer com que a Educação Básica se torne de alta qualidade, passa também pelo ensino superior; para que a gente use os recursos com maior eficiência possível. Para que a gente faça com que as universidades, e ajude elas, a buscar outras fontes de receita, que não venham do ICMS, e que venha de parcerias com o setor privado, das mais diversas formas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para concluir, deputado.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Para que a gente consiga, presidente, entregar cada vez mais, dar mais recursos para a Educação Básica, e fazer com que os alunos do estado de São Paulo, de Ensino Fundamental e Ensino Médio, sejam mais bem educados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Já para votar?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para votar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Voto sim, com restrição ao item 1 das conclusões do relatório da nobre deputada Valeria Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Em votação; então, os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram; aprovado o relatório da deputada Valeria Bolsonaro.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Voto contrário de Vossa Excelência.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Eu sou favorável ao relatório da deputada Bebel.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - E é contrária ao da deputada Valeria. Registrado. Não havendo mais nada a tratar, nós; aliás, até antes de encerrar.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ela registrou contrária da deputada, ao.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Aprovado, deputada, obviamente contrário da V. Exa.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, e favorável ao meu.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Isso foi dito, deputada Bebel, eu acabei de falar isso aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A deputada registrou o voto dela contrário.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Contrário dela.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Contrário dela e favorável da senhora, e isso está registrado.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Isto foi dito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Está registrado, perfeito. E quero agradecer então a todos os deputados que estiveram presentes na CPI; eu estou até falando por final para que, por causa do Plenário, que iria se abrir na Ordem do dia. Cumprimentar sem dúvida o Instituto de Criminalística, através do Dr. Maurício Rodrigues Costa e Dr. Maurício Silva; que fizeram um excelente relatório, onde traz grandes esclarecimentos.

Quero também agradecer aos deputados pela PEC, que nós votamos; que vai, sem dúvida aí, trazer um respeito; para que as contas das universidades elas possam ser votadas e incluídas anualmente, ao mesmo período das contas do governador. Não havendo mais nada. Deputada Carla Morando, por gentileza.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Eu também gostaria de finalizar este trabalho de tantos meses aí, e dizer também da minha satisfação, da minha alegria, por ter conseguido concluir esse trabalho junto aqui com o Wellington, a Valeria Bolsonaro e o deputado Daniel. E dizer que eu acho que isso só, na verdade, fortalece as universidades; porque aí, sim, teremos um dinheiro bem aplicado, bem gasto, atendendo uma maior população de estudantes.

Então eu estou bastante satisfeita, bastante feliz, e acho também que foi muito produtivo esse período todo; e a gente pôde aprender um pouquinho mais sobre as universidades do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Não havendo, então, mais nada a tratar; obrigado a todos que acompanharam esta CPI durante esses 180 dias, aproximadamente; e nós encerramos aqui os trabalhos. Obrigado a todos.

Verba Editorial Ltda.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *